Banez Responde Molina:

Resumo da Defesa dos Frades Pregadores na Província da Espanha, Professores de Sagrada Teologia, contra certas afirmações de Luis de Molina da Companhia de Jesus, as quais ele defende na [obra] *Concórdia do Livre Arbítrio com os Dons da Graça*, e contra outros promotores e defensores da mesma concórdia, da mesma Companhia.

Ao Nosso Santíssimo Senhor Clemente Oitavo, Sumo Pontífice. À Sacra Majestade Cesárea de Filipe III, Rei Católico poderosíssimo das Espanhas. Aos Ilustríssimos e Reverendíssimos Senhores Cardeais da Santa Igreja Romana, Inquisidores Gerais contra a depravação herética. Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal de Toledo, Primaz da Espanha e Inquisidor Geral. E ao Ilustríssimo D. Jerónimo Xavierre, Mestre do Sagrado Palácio Apostólico. Ao Reverendíssimo Padre Frei Jerónimo Xavierre, Mestre Geral digníssimo de toda a Ordem dos Pregadores. Ao Muito Reverendo Padre Frei Miguel Ezquerra, Provincial vigilantíssimo da Província da Espanha da Ordem dos Pregadores. Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo D. Cardeal Domenico Pinelli, Arcipreste da Basílica Liberiana da Santa Igreja Romana. Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo D. Camillo Borghese, Bispo Cardeal Jesulano. Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo D. Francisco..., Bispo Cardeal de Montepulciano, relator vigilantíssimo das causas da fé. Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo D. Cardeal Pompeo Arigoni, relator prudentíssimo das mesmas causas da fé. Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo D. Cardeal Roberto Belarmino, da Companhia de Jesus, Doutor celebérrimo. Ao Reverendíssimo Padre Claudio Acquaviva, Prepósito Geral prudentíssimo da Companhia de Jesus. Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo D. Michele Bonelli, Cardeal da Santa Igreja Romana, Alexandrino, assumpto da Ordem dos Pregadores, e protetor da mesma ordem e ao seu procurador vigilantíssimo.

Índice do que se contém neste opúsculo:

- Prefácio deste Resumo e Defesa ao Nosso Santíssimo Senhor Clemente Oitavo, Sumo Pontífice, fólio 1.
- Expõe-se a razão e apresentam-se certas asserções de Molina e de seus seguidores, fólio 3.
- Propõem-se certas observações para a inteligência do Estado da controvérsia que se trava entre os Pregadores e D. Molina, fólio 13.
- Às argumentações de Molina, e a várias passagens dos santos e Escolásticos que são aduzidas em seu favor, fólio 22.
- Aos argumentos que Molina e seus defensores falsamente apresentaram como se fossem tomados de seus próprios autores, os Teólogos da Ordem dos Pregadores.

Tudo submetemos à correção da Santa Igreja Romana e humildemente submetemos ao seu juízo.

Frei Domingo Báñez, Professor de Sagrada Teologia. Frei Diego Álvarez, Professor de Sagrada Teologia da mesma ordem.

Aos Ilustríssimos e Reverendíssimos Senhores Cardeais da Santa Igreja Romana, Inquisidores Gerais, a Província da Espanha da Ordem dos Pregadores deseja para si recomendação e suma felicidade.

Dado que a questão de fé sobre a concórdia do livre arbítrio com os dons da graça, a presciência divina, a providência e a predestinação de Deus era controversa nas Escolas da Espanha entre os Teólogos Escolares – Salmantinos, Complutenses e Valisoletanos –, já há muito tempo iniciada na nobre Cidade [Roma], esta antiga questão sobressai entre todas as causas que se apresentam para serem tratadas perante Nosso Santíssimo Senhor Clemente Oitavo. Por isso, recorre-se a Vossas Senhorias Ilustríssimas como Protetores Vigilantíssimos, não apenas por parte da Ordem dos Pregadores (assim como a Vossa Senhoria Ilustríssima o Cardeal Alexandrino, seu Procurador assumpto, que não é considerado partidário), mas também por toda a Igreja, grandemente apreensiva, cuja decisão, remetida à Sé de Nosso Santíssimo Senhor, esperamos e suplicamos, implorando para isso o auxílio oportuno. Cerca de dez ou quinze Professores de Sagrada Teologia e Religiosos da Companhia de Jesus tentaram espalhar certas novas opiniões sobre as referidas causas

na Espanha, não sem escândalo daqueles que eram versados na doutrina do Pio Agostinho e de S. Tomás de Aquino. Por isso, aconteceu que indicaram que aquela nova doutrina deveria ser considerada errônea e como remanescente dos Pelagianos. Isto foi feito para que o tribunal da Santa Inquisição de Valladolid introduzisse [a causa]. Esta Matéria [foi julgada] não só pelos Teólogos Pregadores, mas também por outros gravíssimos Mestres da Universidade de Salamanca e Doutores, censores da fé. Finalmente, pelos sagrados censores da fé, foi enviado a Salamanca um Juiz insigne, João Aresio, varão dotado de engenho, letras, prudência e toda virtude, para investigar e terminar esta questão. O qual, feita uma diligente examinação do negócio e dos assertores, consultou todos os Mestres de Sagrada Teologia Salmantinos reunidos. Os quais todos julgaram, com nomes subscritos, que a referida doutrina era digna da nota de temeridade e erro, e os autores da nova asserção silenciaram por um tempo. Até que Luis de Molina, Teólogo da Companhia de Jesus, editou e publicou um livrinho sobre a predita nova concórdia, compilado de preleções tanto de filosofia quanto de teologia na academia Eborense [de Évora] ao longo de muitos anos. Livro este da nova concórdia que os Teólogos da Companhia de Jesus tomaram como fundamento de sua sentença e, ao expô-lo publicamente em Salamanca, deu matéria para dissensão em quase toda Lusitânia [Portugal] e Espanha. Com efeito, enquanto em algumas Escolas por Professores de Sagrada Teologia do instituto Dominicano aquela nova *Concórdia* do livre arbítrio com os dons da graça era impugnada, e muitas proposições que Molina asseverou no referido livrinho eram marcadas com a nota de temeridade ou erro, surgiu em Valladolid, no Colégio de S. Ambrósio da Companhia de Jesus, um certo teólogo da

Companhia de Jesus, de nome Doutor Padilla, leitor de Sagrada Teologia do mesmo Colégio. Este, em conclusões públicas dedicadas ao Príncipe da Espanha, as quais mandou divulgar em locais públicos na véspera dos Idos de Março de 1594 [14 de Março de 1594], decidiu asseverar e defender constantemente, no mesmo Colégio da Companhia, que todas e cada uma das proposições que o Padre Molina havia afirmado no predito livrinho *Sobre a Concórdia do livre arbítrio* eram verdadeiras e prováveis, e não dignas de qualquer nota ou censura. Daí, pelos teólogos Dominicanos que, do Colégio de S. Gregório e do Convento de S. Paulo de Valladolid, estiveram presentes às referidas conclusões e impugnaram as mesmas sentenças, [a questão] foi delatada ao sagrado tribunal da Inquisição. Pela Suprema Inquisição foi providenciado que todas as Universidades do Reino da Espanha, e alguns Professores de Sagrada Teologia e Doutores de Direito do mesmo Reino da Espanha, proferissem sua sentença sobre as preditas asserções de Molina, e especialmente sobre a eficácia do auxílio divino, que ele nega, com seus nomes subscritos. O que o Padre Provincial da Espanha imediatamente ordenou ao executor [que cumprisse]. Donde, de sua Província, selecionou oito dos Teólogos mais doutos, os quais elaboraram seus tratados teológicos sobre a eficácia ou ineficácia do auxílio divino e outras proposições de Molina.

Estes foram: João de Villa Ganuense(?), Mestre; Domingo Báñez, Catedrático e Professor Primário de Sagrada Teologia na Universidade de Salamanca; Diego de Guevara; Pedro de Herrera, Mestre e Professor público de Filosofia na Mesma Universidade; Pedro de Ledesma, Mestre, Catedrático Salmantino; Diego Álvarez, Mestre, leitor de Teologia de S. Paulo de Valladolid; Frei Cristóvão Suárez, leitor das Sentenças; e Frei Ferdinando Runius(?), leitor de Teologia do Convento de S. Estêvão de Salamanca; e Domingo Jiménez, Regente do Colégio de S. Gregório de Valladolid. Todos estes escreveram tratados individuais sobre esta matéria supradita e, assinando-os com seus próprios nomes, ofereceram-nos ao seu Padre Provincial, o qual imediatamente os enviou ao supremo Senado da Inquisição na Espanha. Então, e é admirável, [que] os preditos oito Professores de Sagrada Teologia, que ditaram seus tratados separadamente em sessões distintas e sem consulta mútua, convergiram para uma única e mesma sentença, diferindo apenas no estilo e na ordem das matérias. O que oferece indícios da antiga unidade e da santa Doutrina haurida de S. Tomás de Aquino. Todavia, porque parecia demasiado prolixo ler tantos escritos individuais sobre o mesmo argumento, o supremo Senado da Inquisição da Espanha prudentissimamente julgou que todos aqueles oito tratados fossem reunidos em um só por seus autores; [um trabalho] que contivesse o estado desta causa de forma compendiosa e clara. Tarefa essa que, por conselho dos Padres do capítulo Provincial celebrado em Segóvia no mês de Abril de 1595, ele [o Provincial] cometeu a Frei Domingo Báñez, designando-lhe como sócio Diego Álvarez, Mestre. Estes dois Padres, recebidos os tratados individuais dos outros seis, reunindo-se na mesma cela por quatro meses contínuos e relendo com suma atenção os preditos tratados, compilaram um [trabalho] único a partir de todos eles e o entregaram, subscrito com os nomes de quase todos os Mestres teólogos da Província

da Espanha, ao referido Senhor Provincial, que imediatamente transmitiu o mesmo Resumo ao senado da Inquisição. Mas, como o predito tratado Apologético relata em estilo longo vinte e duas proposições de Molina, e as impugna, e as condena com censuras expostas, para que não seja molesto reler um tratado tão longo, julguei mais conveniente oferecer um breve resumo dele a Vossa Beatitude, para que, em nome de todos os Teólogos da Província da Espanha que escreveram e aprovaram esta Apologia, ele [o resumo] seja colocado aos pés de São Clemente Oitavo, pedindo humildemente à sua Beatitude que faça com que esta causa seja diligentemente examinada o quanto antes e, uma vez examinada, a defina. Pois vemos manifestamente iminente o perigo decorrente da própria demora nesta questão, e o percebemos pela própria experiência; se, de fato, os Teólogos mais jovens, que com recente avidez abraçam novas e curiosas formas de buscar em métodos difíceis o entendimento da verdadeira e antiga doutrina, enquanto, entretanto, muitas almas, tanto de homens como de mulheres, na Espanha, sob a aparência de piedade, tentam persuadir o vulgo dela [a nova doutrina], e imprimindo vários livros [promovendo-a como] mais provável, [receia-se que] aqueles que tinham abraçado a antiga concórdia do livre arbítrio com os dons da graça venham a abraçar um novo Dogma acerca da fé. De fato, também a tola concórdia minimamente prejudica(?), Enquanto alguns de seus discípulos

acusam diligentemente os sérios Pregadores [Dominicanos] como se fossem odiadores do livre arbítrio, e se esforçam por difamá-los, enquanto estes [os Dominicanos] defendem naquela [controvérsia] a liberdade do arbítrio segundo a antiga doutrina dos Santos Padres. Recebei, pois, Benigníssimo Prelado, o presente opúsculo, que a Província da Espanha, virgem fiel, oferece, e que nesta questão de fé liberalmente emprega o zelo e a obediência à Sé Romana. Nunca até agora a família dos Pregadores foi suspeita ao sagrado Tribunal da Inquisição, nunca traiu a fé; pelo contrário, consta que os frades se preparam, como sempre foi meritório para o bem de Cristo, para se munirem pelo Senhor contra os hereges até à efusão do sangue, se necessário for; [a Província] deseja e promete [isto]. Acolha-nos Vossa Benignidade, [a nós] que imploramos vosso auxílio para a defesa da verdade católica, para [a defesa] das antigas tradições dos Santos, por Jesus Cristo Nosso Senhor, a quem seja a honra e a glória. E que Deus conserve incólume o Sumo Auxílio [o Papa], para que enfim, após muitos anos, o estabeleça na suprema felicidade.

Primeira Proposição de Molina.

Se dois [homens], iguais em si mesmos em tudo, olham para a mesma mulher formosa, pode acontecer, unicamente pela liberdade do arbítrio, que um consinta no pecado, concupiscendo-a, e o outro não consinta. Molina tem estas palavras na *Concórdia do Livre Arbítrio*, q. 14, art. 13, disp. 12, pág. 53, e diz que [a ideia] é de Agostinho, livro 12 de *A Cidade de Deus*, cap. 6. Destas palavras Molina infere: A mesma é a razão sobre dois [homens] afetados do mesmo modo, iguais, chamados por Deus à fé: Pois unicamente pela liberdade deles pode acontecer que um abrace a fé, enquanto o outro a despreze.

Censura

Esta asserção é errônea e [procede] das relíquias da heresia Pelagiana, e prova-se por aquela passagem de 1 Cor 4: "Pois quem te distingue? Que tens tu que não tenhas recebido? E se o recebeste, por que te glorias, como se não o tivesses recebido?". Com estas palavras, o Apóstolo determina que o fiel se distingue do infiel pelo dom de Deus gratuitamente dado a si. O qual, certamente, o Senhor misericordiosamente concede ao fiel, e não ao infiel. Na predita asserção de Molina, posto que em tudo e por tudo, em dois homens, aconteça por vezes que apenas pela liberdade um se converta e o outro não, segue-se que o fiel se converte em tal caso apenas pela liberdade, e não porque recebeu um dom especial de Deus que o infiel não recebeu, e [portanto] não [por] um dom de Deus, o que é errôneo e contra a mente do Apóstolo. O fundamento e a demonstração deste argumento mostra-se a partir de S. Agostinho, livro *Sobre a Predestinação dos Santos*, cap. 18, onde, explicando o testemunho do Apóstolo há pouco aduzido, assim diz: "Pois o que primeiro disse entre os homens, 'quem te distingue?', e a isso em seguida acrescentou, 'que tens tu que não tenhas recebido?', foi para que porventura o homem, inchado contra o outro, não pudesse dizer: 'distingue-me a minha fé, a minha justiça, ou qualquer outra coisa'; a estes pensamentos o bom Doutor acorre, dizendo: 'que tens tu que não tenhas recebido?' De quem, senão Daquele que te distingue do outro, a quem não deu tanto quanto tens?" Até aqui Agostinho. Com estas palavras, o Santo Doutor sustenta que aquele que se converte recebe de Deus algum bem especial, que não recebe aquele que não se converte, e que por aquele bem especial de Deus ele se distingue do outro, e não unicamente por sua liberdade. Portanto, aquela proposição "unicamente por sua liberdade um se converte, outro não, sendo os auxílios de Deus inteiramente iguais em tudo e por tudo" contradiz o Apóstolo.

Mais ainda, Próspero, livro 1 *Sobre a Vocação dos Gentios*, cap. 9, explicando o testemunho do Apóstolo, confirma esta nossa censura. Assim pois diz: "Ambrósio, contra a soberba que se gloria no livre arbítrio, proferiu aquela sentença: 'se, porém, recebeste, por que te glorias, como se não tivesses recebido?'. A profissão daquela questão, que com profunda admiração do Apóstolo confessamos impenetrável, não se resolve pelo 'querer' e 'não querer' do livre arbítrio, porque também o próprio querer o bem o homem não o tem, a não ser que lhe seja dado." Até aqui [Próspero]. O homem, portanto, não se converte unicamente por sua liberdade, isto é, porque quer com o auxílio suficiente, como diz Molina, mas porque [recebeu] um Dom especial e eficaz de Deus para se converter, o qual não recebeu o outro, que não se converte. De outro modo, certamente, aquela questão 'por que um se converte e outro não' seria suficientemente resolvida pelo 'querer' e 'não querer' de nosso livre arbítrio, o que é contra o Apóstolo, e S. Tomás, e S. Boaventura, que dizem ser essa questão impenetrável, como dizem os Santos Padres.

2. Prova-se por aquele célebre testemunho do Apóstolo em Rom 9: "não é do que quer, nem do que corre, mas de Deus que usa de misericórdia." Explicando o qual, S. Anselmo, livro *Sobre a Concórdia do Livre Arbítrio e da Graça*, cap.

> 3, diz: "Houve, de fato, soberbos que julgaram que toda a eficácia consistia unicamente na liberdade do arbítrio", e pouco depois, falando daqueles que se convertem a Deus e operam o bem, acrescenta: "Tudo deve ser imputado à graça, porque não é do que quer, o que quer, nem do que corre, o que corre, mas de Deus que usa de misericórdia; A todos, sem exceção, se diz: 'que tens tu que não tenhas recebido?'; com estas palavras ensina abertamente que o justo querer daquele que se converte é por dom especial de Deus." Pois o Apóstolo ensina o contrário, já que este [que se converte] quer converter-se por um dom de Deus, que recebeu aquele que se converte, mas o outro não. logo, [a ideia de que] um se converte unicamente por sua liberdade, como diz Molina, permanecendo os auxílios de Deus totalmente iguais, [é falsa].

Prova-se esta censura pelas razões e testemunhos da Escritura e dos Concílios que serão aduzidos na censura da 2ª, 3ª e 4ª proposição de Molina, nas quais [o autor] aprova e confirma mais a [censura] precedente.

Ora, o que tens que não tenhas recebido? Antes disse: Quem é que te distingue? E isto ele demonstra a partir dali: o que, de fato, diria o homem inflado contra o outro? "Distingue-me a minha fé, a minha justiça, ou qualquer outra coisa?" Contra esses pensamentos, o bom Doutor [o Apóstolo Paulo] diz: "Ora, o que tens que não tenhas recebido?" De quem, senão Daquele que distingue um do outro, a quem não deu tanto [quanto ao primeiro]? O que até agora é outra coisa!

Com estas palavras, o Santo Doutor [Agostinho] sustenta que, se aquele que se converte recebe de Deus algum bem especial que não recebe aquele que não se converte, é por esse bem especial de Deus que ele se distingue do outro, e não apenas por sua própria liberdade. Portanto, aquela proposição: "Apenas por sua própria liberdade um se converte e outro não, sendo os auxílios de Deus em tudo absolutamente iguais", contradiz em tudo o Apóstolo.

Mais ainda. No Livro I sobre a Vocação, capítulo 9, [Próspero de Aquitânia?], explicando o testemunho do Apóstolo, confirma esta nossa censura. Assim diz Ambrósio contra a objeção que se gloria do livre-arbítrio, [citando] aquela sentença [de Agostinho]: "O que tens que não tenhas recebido? Se, porém, recebeste, por que te glorias, como se não tivesses recebido?" A profundidade daquela questão, que confessamos ser admirável e impenetrável no Apóstolo, não se resolve pelo querer e não querer do livre-arbítrio. Para que a vontade de querer o bem exista no homem, se não for dom, ele não tem [o poder de] querer o bem salutar. Até aqui [Ambrósio]. Logo, [a conversão não acontece] apenas por sua liberdade, porque quer usar o auxílio suficiente (como diz Molina), mas porque recebe um dom especial e eficaz de Deus para que se converta.

E [a sentença] de Santo Tomás é: aquela questão, "por que um se converte e outro não", resolve-se suficientemente? [Não], é impenetrável. Como dizem outros

Professores, [será que se resolve] pelo querer e não querer do nosso livre-arbítrio? Isso é contra o Apóstolo e Santo Tomás.

Prova-se pelo célebre testemunho do Apóstolo aos Romanos [9:16]: "Não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus que usa de misericórdia". Explicando isso, Santo Anselmo, no livro [sobre a Concórdia da presciência, predestinação e graça de Deus com o livre-arbítrio?], onde diz: "Certamente questionam os soberbos do arbítrio", afirma: "Asseveram aqueles que julgam que toda a eficácia [da graça] consiste unicamente na liberdade do arbítrio". E pouco depois, falando daqueles que se convertem a Deus e operam bem, acrescenta: "Tudo deve ser imputado [à graça], porque não é do que quer o querer, nem do que corre o correr, mas de Deus que usa de misericórdia". A todos, sem excetuar ninguém exceto Deus, se diz: "O que tens que não tenhas recebido?" Com estas palavras, [o Apóstolo] ensina abertamente que é pela graça especial de Deus que este, que se converte, é [distinto do] outro que não se converte. [Isto é] contra a doutrina do Apóstolo. O Apóstolo [ensina] que este quer converter-se pelo dom de Deus que recebeu; aquele outro, porém, não. Não é assim que um se converte apenas por sua liberdade, como diz Molina, permanecendo os auxílios de Deus absolutamente iguais.

Prova-se esta censura pelos testemunhos dos Santos, da Escritura e dos Concílios, que são aduzidos abaixo nas [proposições] 2, 3 e 4 da proposição de Molina, nos quais [o autor] aprova e confirma mais a [censura] precedente.

Proposição de Molina: Com os auxílios da parte de Deus, pelos quais um é justificado e salvo, outro, por sua própria liberdade, nem é justificado nem é salvo. Nem se deve duvidar que muitos são atormentados no inferno, os quais tinham sido dotados por Deus com auxílios muito maiores para a salvação do que muitos que são vistos nos céus. Pouco depois: Pelo fato de que estes, com maiores auxílios predestinados, não foram salvos, enquanto aqueles, com menores [auxílios] predestinados, foram salvos, não foi por outra razão senão porque, por sua liberdade, não quiseram [cooperar], enquanto estes quiseram. Até aqui Molina na Concórdia [livro 1, q. 14, art. 13], Disputa [23] e consequentemente [?] membro 9. Por último, p. 477.

Censura: Esta asserção é errônea, assim como a precedente, e mais próxima da heresia dos Pelagianos, nisto que afirma que [a salvação] não provém de outra fonte senão da liberdade do arbítrio. Ou seja, que com auxílios menores [alguém] foi predestinado e salvo, enquanto outro, com auxílios maiores, não. Reduz a predestinação e a salvação certa à liberdade do nosso arbítrio: o que é Pelagiano, e contra o testemunho do Apóstolo no lugar citado. Mais ainda, como os Doutores [afirmam], esta asserção [implica] que a Providência de Deus acerca dos eleitos depende da liberdade inata do nosso arbítrio e não de outra fonte: o que seria [tratar] de uma predestinação falaciosa. E, por consequência, seguir-se-ia que Deus não predestinou ninguém absolutamente e com vontade eficaz, o que se mostrará ser errôneo abaixo, na censura da proposição seguinte. A referida asserção atribui, de fato, a Deus um auxílio suficiente, pelo qual o homem pode operar bem e salvar-se;

mas a operação atual e o bom uso desse auxílio, ela atribui ao nosso livre-arbítrio por sua liberdade inata, quando diz que não provém de outra fonte senão da liberdade inata do mesmo arbítrio, [de modo] que com auxílios suficientes menores um se salva: ora, afirmar isto é expressamente o dogma de Pelágio, como consta claramente daquelas palavras que Agostinho refere no Livro 1 sobre a Graça de Cristo contra Pelágio, a partir de Celéstio, capítulo 4. "Nós", diz [Celéstio], "distinguimos estas três coisas", (dividimos estas palavras de Celéstio como que dispostas em ordem): "Em primeiro lugar, colocamos o poder (posse); em segundo, o querer (velle); em terceiro, o ser (esse) [ou realizar]. O poder, colocamo-lo na natureza; o querer, no arbítrio; o ser [ou realizar], no efeito. Aquilo primeiro, isto é, o poder, pertence propriamente a Deus, que conferiu este dom à sua criatura; os outros dois, isto é, o querer e o ser [ou realizar], devem ser referidos ao homem, porque descendem do livre-arbítrio. Logo, na obra boa, o louvor é do homem, sim, é do homem, não de Deus". [Pelágio diz que Deus] deu a possibilidade da vontade e da obra, [mas] que o querer o bem e o realizá-lo pertence unicamente ao homem. Pois sem ele [o auxílio de Deus] não podem nem querer nem ser [ou realizar].

Argumenta-se: O dom da perseverança é um dom de Deus maior, falando de modo absoluto, do que o auxílio suficiente, embora este seja sobrenatural. Mas aquele que se salva tem o Dom da perseverança, como é evidente pelos lugares da Escritura e do Concílio citados. Este dom, porém, não o tem aquele que se condena. Aquele que se salva tem, portanto, este dom de Deus maior do que aquele que se condena, o qual não o tem. Como [se explica] que um se salve e outro se condene, quando talvez aquele que se salva teve auxílios menores do que aquele que se dana? Esta censura ficará mais evidente pela impugnação da quarta proposição seguinte.

Proposição de Molina: É erro afirmar que seja dado um auxílio eficaz, que tenha sua eficácia a partir do modo da moção divina e do próprio Deus. É calúnia; isto não pode ser sustentado salva a fé, pois de outro modo não se salvaria a liberdade do nosso arbítrio. Isto é concedido na Concórdia, q. 23, art. 4 e na disputa, membro 6. Distinção "Nonnulli", pág. [?]

Proposição do mesmo [Molina], que explica melhor a precedente: A divisão entre auxílio eficaz e ineficaz não deve ser tomada a partir do próprio auxílio, mas a partir do efeito, que depende da liberdade do arbítrio. O auxílio suficiente, seja ele maior ou menor em si, não é eficaz por si mesmo. Não obstante, diz-se eficaz aquele auxílio com o qual o livre-arbítrio, por sua liberdade, quer converter-se. Diz-se, porém, ineficaz aquele com o qual o arbítrio, pela mesma liberdade, não se converte, embora pudesse ter-se convertido. [...] E [isso se aplica] aos auxílios divinos, que são conferidos pela lei ordinária. [Afirma-se] que a eficácia ou ineficácia se funda na livre cooperação do nosso arbítrio com eles e, portanto, está em nosso livre poder ou torná-los eficazes, consentindo e cooperando, ou torná-los ineficazes, retendo o consentimento ou realizando um ato contrário ou diverso. Esta proposição Molina a tem na Concórdia, q. 14, art. 13, Disp. 30 e seguintes, pág. 292.

Censura da proposição precedente 3 e desta: Afirmam que não é dado nenhum auxílio que, tal como vem de Deus, seja eficaz para agir bem, mas que se diz eficaz a partir do efeito, porque nosso arbítrio, por sua liberdade, opera bem. Estas sentenças são errôneas e [participam] da heresia Pelagiana. Prova-se esta censura a partir do Segundo Concílio de Orange, Cânon 4. Onde [se diz]: "Se alguém sustenta que, para sermos purificados do pecado, nossa vontade espera a Deus, e não [se confessa] que também o querermos ser purificados se faz pela infusão e operação do Espírito Santo [em nós], contradiz o Apóstolo e Salomão, que diz: 'A vontade é preparada pelo Senhor'". Item, Cânon 5: "... ao Espírito Santo... Deus opera em nós tanto o querer quanto o completar, segundo a boa vontade". O mesmo se encontra no Cânon 6: "Se alguém diz que a misericórdia nos é divinamente conferida pelo obséquio da vontade humana, e não consente que a própria obediência e humildade sejam também dom da graça, contradiz o Apóstolo que diz: 'O que tens que não tenhas recebido?' e: 'Pela graça de Deus sou o que sou'". Mas Molina, em sua proposição [3ª e 4ª], afirma existir um auxílio subjacente da obediência e humildade humanas... Quando afirma que o auxílio e adjutório de Deus é eficaz, não porque, ao proceder de Deus, traga consigo a eficácia para converter o livre-arbítrio a Deus, mas porque o próprio arbítrio, por sua liberdade, obedecendo e humilhando-se, converte-se a Deus, e torna eficaz este auxílio de Deus, que em si era suficiente. Isto, porém, é atribuir à salutar humildade e obediência humanas o [efeito do] adjutório de Deus, o que é contra o Concílio. Pois [o Concílio] define que a obediência atual, a humildade e o operar diligentemente são dom de Deus. [...] Na definição do Concílio, concede-se algum auxílio que, tal como vem de Deus, seja eficaz para converter o homem a Deus.

Ademais, no Cânon 20 do mesmo Concílio, assim se define: "Muitos bens se fazem no homem que o homem não faz; nenhum bem, porém, faz o homem que Deus não conceda que o homem faça. Deus é quem concede e efetua suavemente que o homem opere o ato bom pelo qual se converte a Deus, e o faz eficaz e suavemente".

Disposição para a graça. Nem vale aquele [argumento] dos adversários, que se diz que Deus faz as boas obras que o homem faz, e principalmente aquelas pelas quais ele se dispõe proximamente para a graça salutar, porque lhe confere um auxílio sobrenatural suficiente, do qual, se o homem usar bem por sua liberdade, [é salvo]. [...] Pois isto é claramente incidir no erro de Pelágio, como se vê pelas proposições anteriores apresentadas. De resto, se o bom uso dos auxílios suficientes proviesse apenas da vontade inata, e não de um dom especial da graça de Deus... Ademais, prova-se a partir do Concílio de Trento, Sessão 6, sobre a Justificação, capítulo 5, onde [se cita Jeremias 31]: "Convertei-vos a mim, e eu me converterei a vós"; e no [mesmo?] capítulo, onde assim se tem: "Quando se diz: 'Convertei-vos a mim, e eu me converterei a vós', somos advertidos sobre nossa liberdade. Quando respondemos: 'Converte-nos, Senhor, a ti, e nos converteremos', confessamos ser prevenidos pela graça de Deus". "Converte-nos, Senhor, a ti, e nos converteremos". Somos prevenidos pela graça de Deus, não só para que possamos converter-nos, mas também para que de fato nos convertamos. Aquela palavra 'Converte-nos' denota a eficácia do auxílio divino, pelo qual o pecador obtém o converter-se. É errôneo e

blasfemo afirmar que o auxílio, tal como vem de Deus, não é eficaz, mas que recebe a eficácia do nosso arbítrio.

Item, prova-se nossa Censura a partir daquela [passagem] aos Romanos [4:16]: "Por isso, [a promessa] vem da fé, para que seja pela graça, a fim de que a promessa seja firme". Sobre este lugar, Santo Agostinho, no livro sobre a Predestinação dos Santos, explicando aquela [passagem] de Gênesis 17, a promessa a Abraão: "Eu te constituí pai de muitas nações", assim diz: "Esta promessa não [depende] do poder da vontade, mas da predestinação de Deus. Prometeu o que Ele mesmo faria, não o que os homens [fariam]: pois certamente é Ele mesmo quem faz com que eles façam os bens que pertencem ao culto de Deus. Ele faz o que prometeu; de outro modo, para que as promessas de Deus se cumprissem, não seria Ele a fazer, mas os homens fariam, e o que Ele ordenou, não fariam eles como Ele concede, mas eles mesmos, e [o cumprimento] estaria não no poder de Deus, mas no dos homens". E o que Ezequiel diz: "Farei que andeis nos meus preceitos, e guardeis os meus juízos, e os observeis". Até aqui Agostinho. Na palavra "Farei que..." (Ezequiel 36), que Deus diz pelo Profeta: "Farei que façais". Donde Santo Agostinho sustenta, nas palavras citadas, que se colige que o auxílio, tal como vem de Deus, é eficaz para fazer aquilo que Ele promete. Não seria firme a promessa de Deus por sua própria graça e dom divino, se o fazer aquilo que os homens fazem, que Deus preceituou ou prometeu, não viesse de Deus, mas da liberdade humana. O que, como diz Molina, [implica que] o homem faz com que o auxílio seja eficaz, porque por sua liberdade inata coopera com o auxílio suficiente de Deus, operando diligentemente com ele pela mesma liberdade inata.

Ademais, prova-se pelos testemunhos dos Santos, que abertamente afirmam que é dado um auxílio que em si é eficaz para a vontade, para fazer com que opere bem. Santo Agostinho afirma isso... Como Deus, a partir das vontades indolentes dos homens, faz o que quer... Abaixo ensina de onde Deus retira o coração de pedra e dá o coração de carne... Nós, porém, afirmamos que o livre-arbítrio recebe a eficácia do auxílio nos atos sobrenaturais. Anselmo, no livro sobre...? confirma assim: Houve alguns soberbos, que julgavam que toda a eficácia da graça consistia unicamente na liberdade do arbítrio, assim como pensam Molina e outros a quem impugnamos, que o livre-arbítrio pode... Jerônimo...? Onde diz assim: A vontade do homem está de tal modo no poder de Deus, que a faz inclinar...? E Agostinho, no livro sobre a Correção e a Graça, c. 14, diz: Deus, a partir dos indolentes...? E no livro sobre a Predestinação dos Santos... [diz que Deus dá] a graça eficaz... faz [homens] volentes a partir de nolentes. Veja Molina se estas [doutrinas]...? têm a eficácia de converter o homem a Deus...? Contra esta sentença, Santo Anselmo...? Confirma que não é dado [pelo homem, mas por Deus] o auxílio eficaz que, tal como vem de Deus...? Tomás confirma isso mesmo com testemunhos claríssimos. Pois na I-II, q. 111, art. 2, diz: "Um efeito da graça se estabelece, para que o bem que o homem quer, ele o opere eficazmente. É dado um auxílio eficaz, e que move eficazmente o homem a operar..." Na Suma Contra os Gentios...? diz assim: "A vontade de Deus não tira a liberdade... A eficácia da vontade divina... não tolhe a contingência... Não impõe necessidade... Pela

eficácia da causa primeira...? o efeito se segue...? A vontade de Deus é eficacíssima... Deus, porém, quer que algumas coisas aconteçam necessariamente, outras contingentemente... Segue-se que nem tudo acontece necessariamente, mas algumas coisas contingentemente, como Deus quer... Da eficácia da vontade divina provém que tais ações aconteçam livremente..." Santo Tomás...? [A graça] tem eficácia para que nosso arbítrio opere livremente suas ações, não porque nosso livre-arbítrio a torne eficaz. O livre-arbítrio... O mesmo ensina...

Por São Cirilo...? Santo Tomás...? que pela eficácia divina não se tolhe a liberdade...? como diria Molina, mas porque a divina vontade move eficazmente o próprio arbítrio... Cirilo distingue expressamente a verdade no livro sobre a Adoração em Espírito e Verdade...? Concede um duplo auxílio de Deus: um suficiente e ineficaz, outro verdadeiramente eficaz, do modo como a escola Tomista o constitui, e defende contra Molina. Pois assim diz São Cirilo: "Deus não só nos estimula com palavras e se apoia na mente com exortações para que nos afastemos do pecado, mas com tanta benignidade também nos socorre universalmente, Deus, ajudando com subsídio eficaz. Como [diz o Salmo 72/73]: 'Tomaste a minha mão direita, e no teu conselho me guiaste'". Pois como a natureza humana não é suficientemente idônea para fugir do mal... [Deus dá] um duplo benefício: para que sejamos movidos tanto por persuasões e admoestações, quanto para que encontremos um subsídio mais forte... do que [a força do] mal...? Nestas palavras, abertamente se contém o sentido...? Até aqui Cirilo. Com estas palavras, ele mostra que é dado um auxílio suficiente, que se dá ao homem para que possa fugir do mal; e outro auxílio, eficaz, que é o subsídio mais forte de Deus, que se dá ao homem para que opere bem eficazmente e fuja do mal... Como, então, diz Molina que não é dado nenhum auxílio que, tal como vem de Deus, seja eficaz?

Ademais, prova-se a mesma censura a partir das Orações da Igreja, nas quais se pede a Deus que misericordiosamente conceda à [Igreja ou ao fiel] o auxílio eficaz pelo qual, de fato, opere bem. O que se evidencia naquela Oração comum: "Nós vos pedimos, Senhor, que inspireis as nossas ações e as acompanheis com o vosso auxílio, para que toda a nossa atividade sempre comece em Vós e por Vós termine". E de outra Oração do Domingo depois da Oitava da Trindade: "Deus das virtudes, de quem é tudo o que é ótimo, infundi em nossos corações o amor do vosso nome, e concedei que nutriais o que é bom". Item, na Oração do 22º Domingo [depois de Pentecostes?]: "Ó Deus, nosso refúgio e fortaleza, atendei às piedosas preces da vossa Igreja, Vós que sois o próprio autor da piedade, e concedei que o que pedimos fielmente, consigamos eficazmente". Destas palavras se depreende que o auxílio procede de Deus... [e que Dele vem] tudo o que é ótimo...

Nenhum auxílio que provém de Deus é [ineficaz por si mesmo?], mas, como diz Molina, Deus dá a todo homem um auxílio suficiente. O homem, porém, por sua própria liberdade, torna-o eficaz, [exercendo] vigorosamente nossa pura vontade, de modo a operar vigorosamente com ele; requer-se que Deus [o conceda] e o advirta por [meios] suficientes, para cooperar [...] para que queiramos ser purificados [...]

querer por meio deste auxílio é condição para que queiramos ser purificados [...] acerca dos remanescentes da heresia Pelagiana, que se sustentavam [...]. Isto se prova pelo mesmo Concílio, cânon 6, onde assim se define: Se alguém disser que o homem pode crer, esperar, amar ou arrepender-se como convém, para que lhe seja conferida a graça da justificação, sem a prévia inspiração do Espírito Santo e seu auxílio; seja anátema. [...] [Isto] se contém entre as obras de Agostinho, no livro sobre [a Predestinação dos Santos, dirigido] a Próspero [...] o auxílio de Deus, para que [o homem] seja obediente e humilde [...] pelas mais humildes preces [...] consente ser dom da graça, como diz o Apóstolo: "Que tens tu que não tenhas recebido?" [1 Coríntios 4:7] e "Pela graça de Deus sou o que sou" [1 Coríntios 15:10]. Contudo, Molina, em sua asserção, submete [a eficácia ao]: "Dar auxílio à obediência e humildade da vontade humana". Quando ele afirma, em sua asserção, que o auxílio e adjutório de Deus é eficaz, não porque, ao proceder de Deus, traga consigo a eficácia para converter o livre-arbítrio a Deus, mas porque o próprio arbítrio, por sua liberdade, obedecendo e humilhando-se, converte-se a Deus, e assim tornou eficaz este auxílio de Deus, que em si era suficiente. Isto, porém, [atribuir a eficácia] ao auxílio da humildade e obediência salvífica humana, é contrário ao Concílio citado. Certamente difere [da doutrina católica], [pois nela] a obediência atual, a humildade e o operar vigorosamente com o auxílio de Deus são dons de Deus, mas questiona-se: como [o homem] obedece ao espírito que chama e se converte? [...] [O auxílio é] Eficaz, se, de fato, o converte eficazmente. Na definição do Concílio, admite-se algum auxílio que, tal como vem de Deus, seja eficaz para converter o homem a Deus.

Por isso, no cânon 20 do mesmo Concílio, assim se define: Muitos bens se fazem no homem que o homem não faz. Nenhum bem, porém, faz o homem que Deus não conceda que o homem o faça. [...] Deus é quem concede e efetua suavemente que o homem opere o ato bom pelo qual se converte a Deus, e o faz eficaz e suavemente.

Disposição para a graça. Nem tem valor o que muitos adversários dizem: que Deus faz com que o homem faça boas obras, especialmente aquelas pelas quais se dispõe proximamente para a graça, porque lhe confere um auxílio sobrenatural suficiente, de modo que, se o homem usar bem dele por sua liberdade, consegue que Deus o ajude conferindo-lhe um auxílio pré-determinante? Pois conceder isto é incidir no erro de Pelágio, como fica claro pelas proposições apresentadas. Ademais, que o homem use bem dos auxílios suficientes não provém apenas da vontade inata, mas de uma graça especial de Deus.

Além disso, prova-se pelo Concílio Tridentino, sessão 6, sobre a justificação, capítulo 5, onde aquela passagem "Convertei-vos a mim, e eu me converterei a vós" [Zacarias 1:3] é interpretada assim: Quando [...] somos advertidos sobre nossa liberdade; quando respondemos [...] com estas palavras, o Concílio ensina que confessamos, sim, ser prevenidos [pela graça], como naquelas [palavras]: "Converte-nos a ti, Senhor, e nos converteremos" [Lamentações 5:21], [mostrando que] não somos apenas prevenidos pela graça de Deus para que possamos nos converter, mas também para que de fato nos convertamos. Ora, esta palavra "converte-nos" denota a

eficácia do auxílio divino, pelo qual o pecador recebe [a capacidade] de usar retamente o auxílio que, tal como vem de Deus, é [intrinsecamente eficaz?]. [Considerar] o auxílio de Deus [...] [apenas suficiente] e asseverar que ele recebe a eficácia do nosso arbítrio é blasfemo e errôneo.

Igualmente, prova-se nossa Censura por aquela passagem aos Romanos 4: "Por isso, [a promessa] vem da fé, para que seja pela graça, a fim de que a promessa seja firme". Sobre essa passagem, Santo Agostinho, no livro sobre a Predestinação [dos Santos], explicando aquilo de Gênesis 17, "A promessa a Abraão: Pai de muitas nações te constituí", assim diz: "Esta promessa não [depende] do poder da vontade, mas da predestinação de Deus. Prometeu o que Ele mesmo faria, não o que os homens fariam: pois é Ele mesmo quem faz com que eles façam os bens que pertencem ao culto de Deus; Ele mesmo faz com que façam o que prometeu; do contrário, o cumprimento das promessas de Deus não estaria no poder de Deus, mas no dos homens". E que [...] a doutrina [deve ser entendida à luz de] "andareis nos meus preceitos, e guardareis os meus juízos [...]" [Ezequiel 36:27]. Destas palavras [...] pode-se inferir o que Santo Agostinho diz pelo Profeta: "Eu farei com que [...]". Onde Santo Agostinho sustenta [...] que o auxílio que vem de Deus é eficaz para fazer aquilo que [...] [sem isso] não seria firme a promessa de Deus, [se dependesse] da própria graça e dom divino [apenas como oferta], para fazer o que os homens façam, o que Deus preceituou ou prometeu; mas [se dependesse] da liberdade humana [...] [tornando] eficaz o auxílio suficiente de Deus, porque [...] por sua liberdade inata [...] como diz Molina, faz o que quis vigorosamente com essa mesma liberdade inata, operando com ele.

Ademais, prova-se pelos testemunhos dos Santos, que abertamente afirmam ser dado um auxílio que em si mesmo é eficaz. [...] Santo Agostinho, capítulo 20 [de 'A Predestinação dos Santos'?], onde assim diz: "A vontade [...] do homem está de tal modo no [poder] de Deus [...] que Ele a faz inclinar-se". E no livro 'Sobre a Correção e a Graça', c. 14, diz: "Deus [...] faz [...] [os homens] quererem a partir do não querer". Veja Molina se isto [...] tem eficácia para converter o homem a Deus [...] [ou se é] o auxílio de Deus [...] [que se submete] à vontade, e [apenas possibilita] fazer o que se opera bem. Santo Agostinho afirma isso contra [...] no livro 'Sobre a Predestinação dos Santos' [...] [defendendo] uma graça eficaz que por nenhum coração duro [é rejeitada]. [...] [A vontade está] no poder de Deus, para que Ele [a incline] para onde quiser [...] Deus [...] dos homens que não querem, o que Ele quer [...] converte. E abaixo ensina de onde Deus [tira] seja [...] o coração de pedra, e duro [...] Pergunta-se [...] se Agostinho afirmaria aquilo [...] quando diz [...] [Molina] afirma que [o auxílio] recebe a eficácia do nosso livre-arbítrio e do bom uso dele, segundo a liberdade que lhe é inata. Nós, porém, afirmamos que o livre-arbítrio recebe a eficácia do auxílio que o move nos atos sobrenaturais.

Anselmo [...] confirma [...] Houve alguns soberbos que afirmavam que toda a eficácia da graça consistia apenas na liberdade do arbítrio, como pensa Molina [...] contra os quais impugnamos [a doutrina de] que o livre-arbítrio [...] Entenda-se Santo

Anselmo [...] confirma a causa [...] não deu [...] auxílio eficaz, que, tal como vem de Deus, não é apenas suficiente [...]. Tomás confirma a mesma coisa com testemunhos claríssimos. Pois na [Suma Teológica] I-II, q. 111, art. 2, diz [...] que um efeito da graça é posto para que o bem que o homem quer, ele o opere eficazmente. Dá-se auxílio [...] eficaz, e que move eficazmente o homem a operar o ato [...] pelos quais se dispõe para a graça [...]. Não impõe [necessidade] [...] que [...] por causa da eficácia [...] a causa eficaz faz com que o efeito se siga para agir [...] [atos] sobrenaturais, maximamente [...] pelos quais para [...] [Na Suma Teológica] I, q. 19, art. 8, assim diz: "A vontade de Deus [não impõe] necessidade [...] ao livre [-arbítrio] [...] da vontade Divina, quando quer que algo aconteça, [...] não tira, contudo, [...] o modo de acontecer ou do evento; como, portanto, a vontade de Deus é eficacíssima, segue-se que não só acontecem aquelas coisas que Deus quer que aconteçam; mas que aconteçam daquele modo como Ele quer que aconteçam. Ora, Deus quer que certas ações aconteçam contingentemente e livremente: e assim, da eficácia da vontade divina, elas têm o fato de que tais ações aconteçam, e que aconteçam livremente." Santo Tomás [...] o que há de mais claro contra [Molina] [...] do que [dizer] que da vontade divina nosso arbítrio recebe a eficácia para operar livremente suas ações, e não [...] que nosso livre-arbítrio o torne eficaz? O mesmo ensina Santo Tomás [...] por [...] poder de Deus [...] Santo Tomás [diz] que [a eficácia vem] da eficácia divina [...] mas porque [Deus] move eficazmente o próprio arbítrio.

Cirilo [...] Em seguida [...] e com verdade, com palavras expressas, distingue; Cirilo, no livro 'Sobre a Adoração em Espírito e Verdade', [...] concede um duplo auxílio de Deus, um suficiente e ineficaz, outro verdadeiramente eficaz naquele modo como a escola [Tomista?] o estabelece, e defende-o contra Molina. Pois assim diz São Cirilo: "Deus não só nos estimula com palavras e nos incita a mente com exortações para que nos afastemos dos pecados, mas tanta benignidade [...] nos exibe [...] o Deus Salvador de todos, que ajuda com subsídio eficaz, como está escrito: Tomaste a minha mão direita, e no teu conselho me guiaste." [Salmo 72(73):23-24]. "Pois, como a natureza do homem não é suficientemente idônea para que fuja do mal [...] Deus [...] concede um duplo [...] benefício [...] Orações [...] persuade com admoestações para que encontremos subsídio, e o concede mais forte [...] do que [a força] para que o mal [...] possa [ser vencido]." Até aqui Cirilo. Com cujas palavras abertamente [...] se contém [um auxílio] suficiente, que é dado ao homem para que possa fugir do mal, e outro auxílio eficaz, que São Cirilo chama de subsídio de Deus mais forte, que é dado ao homem para que eficazmente opere o bem e fuja do mal, para que não [...] desfaleça. Como, então, diz Molina que não se dá nenhum auxílio que, tal como vem de Deus, seja eficaz?

Ademais, prova-se a mesma censura pelas Orações da Igreja, nas quais a Igreja pede a Deus que misericordiosamente lhe conceda o auxílio eficaz pelo qual, de fato, opere bem. Isso fica claro naquela oração comum: "Nossas ações, nós vos pedimos, Senhor, preveni-as com vossa inspiração e acompanhai-as com vosso auxílio, para que toda a nossa operação sempre comece em vós e por vós iniciada termine." Igualmente, de outra oração do Domingo depois da Oitava da Trindade: "Deus das virtudes, de quem

é tudo o que é ótimo; infundi em nossos peitos o amor do vosso nome, e concedei em nós o aumento da religião; para que nutrais o que é bom [...]". Igualmente, na oração do 22º Domingo: "Deus, nosso refúgio e fortaleza, atendei às piedosas preces da vossa Igreja, vós que sois o próprio autor da piedade, e concedei que o que fielmente pedimos, eficazmente consigamos." Destas palavras se deduz [...] que o auxílio [...] procede de Deus [...] tudo o que é ótimo [...]

Confirma-se: Se o homem, de fato, opera bem com o livre-arbítrio, [isso] é de Deus e procede de Deus. Confirma-se: Se a liberdade torna eficaz o auxílio que em si é suficiente, por que se pede [...] que seja dado [um auxílio] eficaz? Isto [...] Pois Santo Agostinho, no livro 'Sobre o Dom da Perseverança', capítulo 2, contra aqueles que afirmam [...] que a boa [...] [vontade] procede da liberdade natural inata, como Molina. Assim diz Agostinho: "Absolutamente nesta [...] disputa não [...] atentam para [...] Orações suas [...] ora para que [...] creiam, Deus os converte à fé, ora Deus [...] a constância e a perseverança até o fim [...] Dom de Deus [...] do bem [...] do livre-arbítrio, e a eficácia que tem ao operar, não procede do mesmo [...] auxílio [...] [senão] superfluamente pediriam aquilo a Deus, que misericordiosamente tal bem [...] concedesse [...]

Finalmente, prova-se por São Paulo [2 Coríntios 3:5]: "Não que sejamos capazes, por nós mesmos, de pensar alguma coisa, como de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus". [1] Logo, com maior razão, a eficácia que o livre-arbítrio tem na operação atual sobrenatural, pela qual se dispõe [...] para a graça, vem de Deus, e [atribuir] isso [...] à liberdade inata, e não a um dom especial de Deus, é Pelagiano [...] [especialmente] nas operações sobrenaturais [...]

1. cucadecrente.com.br

cucadecrente.com.br

§ Proposições de Molina Acerca da ciência média de Deus, entre a ciência natural e a ciência livre, a qual o mesmo [Molina] confessa ter inventado para conciliar a liberdade do nosso arbítrio [...] muitas [delas] contêm [elementos] dignos de censura.

[Para entender] [...] a ciência, é preciso que distingamos [a liberdade] do nosso arbítrio e a contingência [...] com a presciência e predestinação divinas [...] perigosamente [...] ao conciliar [...] em Deus, a não ser que queiramos alucinar sobre a presciência divina. Donde [propõe] [...] uma [ciência] média [...] livre, pela qual Deus, depois do ato livre [...] sob hipótese [...] conheça [...] por [...] do livre-arbítrio [...] [Distingue] a natural, [outra] meramente [livre] [...] pela qual conheceu algumas coisas absolutamente e determinadamente a partir de [...] todas as complexões contingentes, que [...] conheceu algumas [...] que haveriam de acontecer, as quais não acontecerão. [Propõe] uma terceira ciência média, pela qual, com altíssima e inscrutável compreensão de qualquer livre-arbítrio em sua essência, intuiu o que quer que [este], por sua liberdade inata (se fosse colocado nesta, ou naquela, ou em

infinitas ordens de coisas), faria, embora pudesse, se quisesse, fazer o oposto. Assim Molina na 'Concórdia', questão 14, artigo 13, disputa 52, página 529.

Diz também que a ciência [média] de Deus de modo algum deve ser chamada livre, porque [...] [não depende de] ato da vontade divina, pois [...] esteve no poder de Deus saber o futuro [...] diferentemente do que soube, nem [...] ao decretá-lo; [diz que] é natural, como se fosse tão inata a Deus que não pudesse [conhecer] [...] o oposto [...] enquanto [...] a conheceu, se o livre-arbítrio criado fosse agir de modo oposto [...] ou [diferente] do que de fato sabe. [...] por esta mesma ciência [...] [sem risco] de contradição [...] poderia ter sabido a mesma coisa pela mesma ciência, não porque fosse mais inato a Deus saber [uma coisa] [...] pendente do arbítrio criado, do que [saber] a oposta.

Diz 3º: Por que não é mais [natural que livre?] [...] Diz que esta ciência média de Deus tem mais a condição de ciência natural [do que livre, porque não depende de ato] livre da vontade divina, nem esteve no poder de Deus saber outra coisa, [...] [mas] tem a condição de ciência livre, na medida em que o fato de ser [o conhecimento] de um contingente em vez do outro, deriva do fato de que o livre-arbítrio, sob a hipótese (a saber, de que seja posto em uma ou outra ordem de coisas), faria antes uma coisa que outra; embora pudesse fazer indiferentemente qualquer uma das duas. Tudo isso Molina sustenta onde citamos acima.

Censura ao dito [de Molina]: Primeiramente, embora não careça de grande arrogância e injúria aos Doutores e Santos, e a quase todos os Escolásticos. Pois o autor Molina atribui a si mesmo a via verdadeira e legítima de conciliar a liberdade do arbítrio [...]. Assim ousa afirmar ele [...] que uma concórdia mais perfeita [que a] explicada pelos doutores [...] em outro de seus livretos [...]. Molina [diz] [...] que acerca da predestinação estiveram perturbados muitos homens, e que esta doutrina [...] Diz [...] aos Massilienses [...] em [...] nossa página 207, acrescenta isto: "[Se a doutrina] da predestinação, que ensinei em vários lugares [...] tivesse existido, talvez nem a heresia Pelagiana tivesse surgido, nem a Luterana [...] até [...] [se tivesse conhecido] a concórdia do livre-arbítrio e da predestinação, que sempre tivesse sido [...] explanada, [eles] não teriam ousado negar tão impudentemente a liberdade do nosso arbítrio, [...] nem [...] pelos Pelagianos tantos fiéis [teriam sido perturbados] [...]". Até aqui Molina. Atentem, por amor a Deus, os Censores da fé, e julguem se [...] os fiéis teriam sido perturbados, e as relíquias dos Pelagianos [...] não tivessem sido extintas, caso não se esperasse pelo Doutor Molina para que explanasse esta concórdia [...]. [...] se por causa desta opinião [...] na Gália houve [...] [tanta perturbação] [...] esperou-se o suficiente [...] explicando o que pela Sagrada Escritura, Concílios e Doutores antigos, e principalmente por Santo Agostinho e Santo Tomás [...] foi explicado [...] por tantos séculos [...] contra [...] Deus suficiente [...] Tomás [...] [condenaram] esta nova ciência média defendida por Molina e pelos seus, [considerando]-a [...] blasfema, e [introdutora de] um defeito na divina providência [...] em relação ao bem, [contrária] à doutrina dos católicos [...]. Afirmar, porém, como afirma Molina, que pela opinião e pelas controvérsias de Agostinho

contra os Pelagianos houve na Gália muitos homens perturbados, e que por causa da mesma doutrina de Agostinho as relíquias da heresia Pelagiana na Gália não foram extintas até hoje, [isso] infere grande injúria (para não dizer blasfêmia) ao Doutor da Igreja [...] [e implica que] todos os doutores, todos os Teólogos que, sem essa ciência média, explicaram a concórdia do livre-arbítrio com a divina predestinação e presciência, estiveram [...] [enganados]. A Defesa de Santo Agostinho, Santo Tomás [...] Até aqui [a exposição] [...] se todos nesta parte alucinaram [...] com muito maior direito [se pode dizer o contrário].

Molina atormenta-se veementemente com a possibilidade de que se possa dizer sobre a sua doutrina que ela representa uma alteração na magnitude deste Mistério [da graça e do livre-arbítrio], e que a sua nova [teoria da] concórdia tenha sido a causa de não pequena perturbação na Espanha, em Portugal, e oxalá não traga maiores inconvenientes à Igreja. Porque, se os Pelagianos e Luteranos descobrissem – caso lhes fosse apresentado e explicado este novo modo de concórdia de Molina – [veriam que] ele os favorece, pois aquele modo seria favorecer tanto aos Pelagianos quanto aos Luteranos. Aos Pelagianos, de fato, porque [Molina] lhes concede uma certa liberdade [como se fosse] inata; aos Luteranos, por sua vez, porque atribui excessivamente ao livre-arbítrio [um poder que, segundo a crítica, Lutero negaria corretamente em certo sentido, embora errando noutros].

Surge [dessa doutrina de Molina] aquela distinção [problemática], pois [ele considera] o livre-arbítrio como não sujeito à Onipotência divina e à sua moção eficaz, mas [de algum modo] livre dela. Deduzo [a falha d]o novo modo de concórdia de Molina a partir disto: como [Pelágio e Lutero], por raciocínios [que partem de pontos opostos], caíram em erros contrários, [Molina] certamente pensa [equivocadamente sobre como conciliar os seguintes pontos]: Deus predefine os atos humanos e predestina alguns. [Pelágio e Lutero] rejeitam [parte da verdade, o que] permanece [como problema] nos atos humanos. Mas Pelágio, para salvar o livre-arbítrio, nega a predestinação e a eficácia do auxílio divino; Lutero, ao contrário, nega o livre-arbítrio [na ordem da salvação]. Molina, por sua vez, para salvar a liberdade, nega a predestinação absoluta de Deus, como ficará claro na exposição da [sua] doutrina sobre o auxílio divino. Nós, porém [seguindo a doutrina tomista], admitimos tanto o livre-arbítrio quanto a eficácia do auxílio divino e a predestinação absoluta, salvaguardando a concordância entre eles.

Censura da Segunda e Terceira Declarações [de Molina sobre a Ciência Média]

A declaração da sua quinta asserção envolve manifesta repugnância em si mesma com a doutrina do próprio Molina, pois ele postula uma outra ciência – a ciência média – em Deus, que de modo algum deveria ser afirmada. Novamente, e depois no Exórdio [da sua obra], na mesma página, acrescenta: [Diz que a ciência média] tem em parte a condição de ciência natural e em parte a condição de ciência livre, duas coisas que se contradizem mutuamente; pois se essa ciência não é de modo algum livre, mas [é dita] natural e tendo [apenas] uma parte [livre], ela é [na verdade]

meramente natural, pois a ciência que é [verdadeiramente] parcialmente livre tem outra condição e [só então] é chamada livre.

Isto se confirma pela doutrina do mesmo Molina na Disputa 52, onde ensina que Deus não sabe, por meio dessa ciência [média], [o que acontecerá se algo] não está no poder de Deus, [mas apenas] se está no poder do nosso livre-arbítrio fazer outra coisa, simplesmente. Igualmente, [a consequência seria] que Deus não poderia afirmar o que ocorreria [com certeza absoluta baseada em Si mesmo], pois saberia [apenas condicionalmente], diferente do que Ele sabe pela própria realidade [da Sua ciência de visão]. Igualmente, [se] o saber que nosso livre-arbítrio pode fazer outra coisa acontece [apenas] se [a escolha] está em seu poder, logo, também esteve no poder de Deus saber outra coisa [do que Ele sabe por visão direta, o que é absurdo].

Argumenta-se novamente: se essa ciência média de Deus tivesse sua certeza pelo fato de o livre-arbítrio humano estar posto em tal ou qual [condição futura contingente], seguir-se-ia que a ciência de Deus teria certeza a partir de alguma causa extrínseca, [diferente] do primeiro e próprio objeto dessa ciência, que é a própria Essência divina; o que, em geral, é blasfemo, pois então Deus "mendicaria" (pediria emprestada) a certeza daquele objeto [criado], em vez de [tê-la] de Si mesmo. E esta declaração contém também este vício notável.

Ademais, [a doutrina] é impugnada, pois seguir-se-ia das suas palavras que a ciência de Deus seria confusa e indeterminada quanto à parte verdadeira da contradição [dos futuros contingentes]. Isto, porém, seria verdadeiramente colocar na ciência de Deus uma máxima imperfeição, [seria] colocar [algo] contra a razão [da natureza] da ciência, que certamente se define [pela certeza e determinação].

Censura da Quarta Declaração [de Molina sobre a causa da Ciência Média]

A quarta declaração não carece de temeridade e conduz grandemente ao erro. Pois Molina atribui como causa constitutiva da ciência de Deus algo criado, a saber, a posição atual [ou futura?] do livre-arbítrio em tal ou qual ordem [de coisas]. Além disso, [essa doutrina] isenta e subtrai da divina providência e vontade alguma ação criada, pois, com efeito, ele postula o homem querendo operar em tal ordem de coisas *antes* que se entenda algum Decreto da Vontade Divina sobre essa operação; portanto, [para ele] o Decreto da vontade divina seria [posterior e dependente, o que é] errôneo, visto que [Deus] é a causa de todas as coisas boas que existem fora Dele, como ensina Santo Tomás (Suma Teológica, I, q. 19, a. 4). Portanto, todos os Teólogos geralmente [concordam com Tomás]. [O próprio] Molina confessa que, para que tal ação boa ocorresse em tal ordem de coisas, foi necessário que dependesse do decreto da vontade divina para que acontecesse. Ademais, isto [de a ciência divina depender de um ato criado futuro] é [insustentável], pois por meio dessa [ciência média como Molina a descreve] o conhecer [divino] dependeria de algo criado; mas atribuir esta condição à ciência divina não pode ser feito sem

blasfêmia, porque [implicaria que] Deus conheceria fora de Si o efeito [antes de o causar ou decretar].

Quinta Proposição de Molina [sobre o Concurso Divino]

Sobre o concurso de Deus com as causas segundas, Molina ensina muitas coisas em toda [a sua obra], dignas de censura, que repugnam não só à Filosofia, mas também à Teologia, e [afirma que Deus] não influi [diretamente na causa] pelo concurso geral [para determinar a ação].

Diz, primeiro, que Deus não auxilia [diretamente] as operações das causas segundas, mas influi apenas imediatamente nos efeitos das causas, e [com isso] não se salvaria a liberdade do nosso arbítrio, mas se daria ocasião a muitos erros.

Igualmente, diz Molina na Concórdia (parte 1, q. 13, disp. 26, parágrafo 2?), onde afirma o seguinte: Que o influxo divino do concurso geral de Deus na causa segunda não atua imediatamente *com ela* na sua ação e efeitos (como se a coisa agisse *por ser movida* por Ele para produzir o efeito), mas que o influxo [de Deus] não é [para a ação da causa, mas diretamente] para o efeito. Repete a mesma proposição na Disputa 27.

Diz, em segundo lugar, [que] Deus e a causa segunda se relacionam [ao efeito] deste modo [como causas parciais?], como ensina acima na Disputa 26, perto do fim.

Diz, em terceiro lugar, que aquele auxílio e concurso universal, [que é] causa de todos os atos bons, naturais e sobrenaturais, se relaciona ao efeito como causas parciais [junto com a causa segunda]. E [diz que] o concurso geral universal de Deus é comum, não [necessariamente] gratuito [no sentido de especial], e da mesma natureza [tanto para atos bons quanto para] os meramente naturais [e até] maus, de modo que este concurso existente não tenha [em si] o que o faça ser motivo para o ato de fé ou o ato de caridade, mais do que para o ato de fornicação.

Censura da Primeira Declaração [sobre o concurso apenas no efeito]

[Esta doutrina] é expressamente contra toda a Filosofia, pois por meio dela se destrói o discurso natural sobre a Causa universal, pelo qual se demonstra que todo movente [é movido] e todo movido [o é por outro], [levando à necessidade de uma Primeira] Causa. Donde Aristóteles (Física, livro 8) demonstra que tudo o que se move é movido por outro, e disto infere que se deve chegar a um primeiro motor imóvel que move todas as coisas. Se, porém, [Deus] primeiramente [influísse apenas] nos efeitos e não nas causas segundas, nem as movesse para suas operações, então o discurso de Aristóteles não teria força para demonstrar pela razão natural que Deus existe, logo [a doutrina de Molina é falha].

Ademais, faz parte da natureza da causa [segunda] que ela seja totalmente ordenada pela Causa primeira, não apenas no ser, mas também no operar. Pois não apenas o

[ser] produto e ente feito, mas também o próprio efeito produzido nas coisas da natureza, depende [da Causa Primeira] e [esta influi] na própria causalidade da causa segunda. [Segundo o] Papa Celestino (Epístola 1, cap. 9), não só o [ser] feito, mas também o próprio agir da causa segunda [procede] também, e de algum modo, da Causa primeira; logo, a Causa primeira influi [na causa segunda para que produza o efeito], e [não apenas] no efeito [produzido]. O ser [vem] da Causa Primeira, logo [o agir também]. A declaração [de Molina é contrária].

Contra isto está Santo Agostinho, [quando diz]: "Assim Deus opera nos corações dos homens", e também a expressa definição do Papa Gelásio I, que diz: "para que os [bons] pensamentos, o piedoso conselho e todo bom movimento da vontade venham de Deus". [Molina, porém, pensa] que Deus influi apenas nos efeitos [e não no] livre-arbítrio, como ele opina. Com estas palavras, o mesmo Pontífice [Gelásio ou Celestino] ensina que [Deus influi não só] no efeito da vontade, mas também no livre-arbítrio, como que na sua raiz. E porque alguns pensam que o arbítrio é suprimido se for posto um influxo de Deus no próprio arbítrio, acrescenta o mesmo Pontífice: "Pelo qual dom [da graça], pela graça e dom de Deus, o livre-arbítrio não é tirado, mas libertado, para que se torne luminoso o que era tenebroso, reto o que era torto, são o que estava doente, prudente o que era imprudente". O que [pode ser dito] mais claramente contra Molina?

Pois seguir-se-ia das primeiras declarações de Molina que, quando o homem produz um ato de contrição para operar [o bem], pelo qual [ato, como] última disposição para [a justificação], ele operaria sua salvação sem ser movido por Deus. A consequência é contra a expressa definição do Concílio Tridentino (Sessão 6, Cânon 4, sobre a Justificação), onde se lê: "Se alguém disser que o livre-arbítrio do homem, movido e excitado por Deus, em nada coopera com Deus que o excita... seja anátema". Segue-se a prova, pois isto é contrário à declaração de Molina. [Segundo ele] Deus influi no efeito, não na causa. O homem, [ao agir], como Paulo [ensina?] ao produzir o ato de contrição, Deus influiria naquele ato, e não no livre-arbítrio, movendo-o. [Isto] produz [o problema].

Ademais, o mesmo Concílio Tridentino (Sessão 14, Cânon 4) afirma que a atrição e o temor não são apenas atos bons, mas também são dom de Deus e impulso do Espírito Santo – não, porém, [do Espírito] que habita [já na alma], mas daquele que move –, pelo qual o penitente prepara para si o caminho para a justiça. [Deus] prepara [o caminho] e influi no arbítrio, [contrário ao] que diz Molina. Deus, portanto, não influi apenas no efeito, mas influi na causa segunda, e não [age] apenas sobre o efeito. [Estes são os pontos] que na terceira e quarta censuras consideramos ofensivos [à doutrina] do auxílio divino movente. De tudo isto consta que a declaração que agora impugnamos é contrária à fé. Disto se inferem alguns erros que impugnamos, não apenas [por ser um erro] na Filosofia, mas também por ser contrário à Teologia e à Fé.

Censura da Segunda Declaração [sobre o concurso como causa parcial]

O que atribui [a Deus ser causa parcial] põe [Nele] grande imperfeição. Põe imperfeição no concurso da Causa primeira e derroga (diminui) a sua perfeição. Pois fazer de Deus uma causa parcial é isentar o Seu concurso da eficácia [total] da Causa primeira, como será mostrado. Se Deus e o livre-arbítrio concorrem para o ato parcialmente, como duas rodas [de uma carroça?] E [se concorrem] parcialmente, [então] a virtude (força) que o livre-arbítrio tem para crer provém de si mesmo, o que é errôneo, como acima foi provado. Pois o que [age como causa] única não recebe moção de outro para [produzir] o efeito, logo [o livre arbítrio seria independente de Deus].

Duas [causas] que puxam [juntas] assim se comportam em ordem ao ato, mas ambas concorrem simultaneamente para [ele]. Esta declaração [de causa parcial] é expressamente contra Anselmo (Livro 'Sobre a Graça e o Livre-Arbítrio', cap. 3), onde, falando daqueles que se convertem a Deus e operam o bem, diz que tudo deve ser imputado à graça, pois [diz] o Apóstolo: "[Não é] do que quer, nem do que corre, mas de Deus que usa de misericórdia". Ele atribui tudo somente a Deus. O mesmo diz Bernardo em muitos [lugares sobre a graça], onde ensina que a vontade [boa] é o que [Deus] quer: diz-se: "Que tens tu que não tenhas recebido?" Bernardo [diz que] nós nada operamos [para a salvação], afirmando que o que pertence à salvação não é feito principalmente por Deus [mas totalmente por Ele], ele afirma [que é dom da] graça de Deus. [Agostinho] no Enchiridion (cap. 30?) diz, por isso, que dizer que [a obra] é da vontade [humana apenas] [é errado], [tudo] é dado por Deus. [Isto] muito claramente nos favorece [na disputa contra Molina].

Censura da Terceira Declaração [sobre o concurso geral ser suficiente para atos sobrenaturais]

[É] errôneo na fé, como toda [esta doutrina]. [Se] o concurso de Deus tem atos [apenas naturais], pois se pela força do concurso [geral apenas se produzisse o ato] de fé, [seria natural], e [o contrário] se prova. O ato de fé sobrenatural [não viria de Deus] mais do que o [ato] mau da infidelidade. Terá [sua especificação apenas] do livre-arbítrio. A terceira declaração é que crer em Deus Trino e Uno pode ser [feito com o concurso geral, o que implicaria que] o ato de fé sobrenatural [não depende essencialmente] do concurso [especial] de Deus, o que é errôneo, como [se prova] pelas definições seguintes.

[Isto] se encontra no Concílio Palestino celebrado contra Pelágio, onde se menciona [o erro], e no Concílio Africano, onde se reuniram 217 bispos e que foi confirmado pelo Papa [Zósimo], como refere Próspero na sua resposta aos oito capítulos dos Gauleses. [Nestes Concílios foi] definido que a graça de Deus, por Jesus Cristo Nosso Senhor, nos ajuda, [graça essa que] nos é dada para cada um dos atos, também para [o] fazer, de modo que sem ela nada de verdadeira piedade podemos ter, pensar, dizer ou fazer.

Destas palavras [surge] o argumento: se crer nos mistérios da fé e pensar nesses mesmos mistérios [requer a graça], logo [o concurso geral] que é [apenas] da natureza não é suficiente. Pois [o concurso geral] por si só não basta. Ora, [o concurso geral postulado por Molina] é da mesma espécie daquele [concurso] pelo qual [se realizam] as obras meramente naturais. [Contra isso] diz Medina [e] Santo Tomás [no livro sobre a Potência?], onde afirmam que crer [provém] de um [princípio] sobrenatural; logo, [o ato de fé] provém [da graça especial dada] a nós.

Igualmente, prova-se pelo II Concílio de Orange (Cânon 7), onde se declara ser herético quem afirmar que pelo vigor da natureza se pode dizer ou pensar algo que pertença à salvação, ou consentir [à pregação], sem a iluminação do Espírito Santo. Logo, erra Molina, que [afirma ser possível] crer com o mero auxílio geral, que é [próprio] da natureza racional, [contradizendo o que] se predica [nos cânones], como [também no] Concílio Cartaginense, [cujos atos] se encontram [nos escritos] de Próspero e [na carta] que Celestino refere na Epístola aos Gauleses (cap. V?), os quais todos expressamente determinam [a necessidade da graça] para [as obras] que [pertencem à vida eterna].

Ademais, prova-se [o mesmo] por Inocêncio I, e pelo Papa Zósimo, [pelo Papa] Martinho I (cap. ?), pelo próprio Gelásio (no mesmo lugar, cap. V?), todos os quais [afirmam a necessidade da graça] para [alcançar] a vida [eterna]. [A doutrina] de Molina é errônea. E [a necessidade da graça se prova] pelo [exemplo] que os Santos diariamente imploram [a Deus].

Logo, [a doutrina de Molina é contrária ao] Concílio Tridentino (Sess. 6, de Iustificatione, can. 3), onde se lê: "Se alguém disser que sem a prévia inspiração do Espírito Santo e sem o seu auxílio, o homem pode crer, esperar, amar ou arrepender-se como é necessário [para obter a graça da justificação]...", [contrária a esta] definição [é a] declaração que impugnamos, pois com [o mero concurso geral] não [se pode].

Finalmente, prova-se. Prova-se, pois ensinar que o concurso geral de Deus, pelo qual Deus concorre com o homem para o ato de fé, é da mesma condição e meramente natural [tal como o concurso] respeito aos atos maus, e [equivale a] ensinar que Deus, quanto está de Si, não concorre mais para um ato meritório de caridade do que para um ato de pecado; o que é errôneo.

Sétima Proposição de Molina [sobre a Predestinação], e [também] errônea, diz o seguinte:

Sobre a Matéria da predestinação, Molina [ensina] muitas coisas falsas, [contrárias] à sentença mais comum dos Escolásticos (salva a reverência que se deve a Tomás), especialmente [quando ele interpreta mal] as palavras de S. Tomás no lugar citado, [fazendo com que a doutrina tradicional] pareça indigna da divina bondade e clemência. Assim [diz] Molina na Concórdia (q. 23, art. 5?, Disp. 51?, memb. 6?). A

isto acrescenta, na página 43 abaixo, muitas palavras contumeliosas contra [a doutrina comum] e contra S. Tomás acerca da predestinação.

[A essência da sua doutrina] da predestinação [é esta]: Diz-se que a presciência [média] [do uso do livre-arbítrio] em particular foi a causa de tal predestinação, de modo que a razão particular [da predestinação de alguém] é tomada do bom uso do seu livre-arbítrio, previsto [por Deus], e [a predestinação] depende totalmente disso.

Com certeza! Eis a tradução completa do texto em latim para o português do Brasil, utilizando léxico apropriado ao contexto escolástico-teológico, corrigindo as lacunas de forma contextual e apresentando o texto de maneira fluida e contínua:

Da Predestinação

Que se manifeste este conceito [de predestinação], ou [como Molina diria] que sua causa única dependa da boa providência [ou do bom uso do livre-arbítrio] que possuem [os homens], pela qual Deus proveria àquele homem os meios suficientes. Donde [Molina infere que] a natureza da predestinação depende da ciência média. Infere, portanto, que a razão [da predestinação e salvação] não reside [simplesmente] no adulto que quer cooperar com aqueles auxílios [suficientes]. Ele postula que nisto [no bom uso previsto] se encontra a possibilidade de ser salvo, e [salvo] eternamente.

Esta Doutrina [aplica-se também] aos Anjos, os quais [Molina] diz terem sido deixados à sua própria providência [criada], donde infere que na sua predestinação se pressupõe a presciência do bom uso do livre-arbítrio. Isto sustenta Molina na [sua obra] Concórdia, disp. 23, art. 4, memb. 9.

Destas coisas [conclui-se] isto [segundo Molina]: a predestinação é certa e infalível; mas [não o é] pela força dos meios e auxílios de nenhum homem, [como] diz [no ponto] 3. Adicionalmente, àquela ciência da vontade [divina que prevê o uso humano] se atribui [o efeito] de chegarem à beatitude, mas [Deus] apenas prevê o futuro bom uso do livre-arbítrio. Ensina [isto] na Concórdia q. 27, a. 1, como ensina [também] na conclusão última, memb. 9, q. sobre a predestinação dos párvulos, acerca dos meios que Deus providenciou.

Conclusão 2 [de Molina]:

Diz que Deus não predestina ninguém por arbítrio absoluto e eficaz da Sua vontade, nem os eleitos, nem a Bem-aventurada Virgem ou outros a serem confirmados na graça, mas sob uma certa condição mutável do bom uso do livre-arbítrio, previsto por Deus, porque previu que usariam bem o livre-arbítrio e os auxílios eficientes; entretanto, poderiam não ter usado bem aqueles [auxílios]. Assim ensina na Concórdia, Disput. 23, a. 1, memb. 9. § Aquilo também se segue do que foi dito, disp.

23, a. 1, memb. 9, e estende a mesma Doutrina à predestinação dos párvulos, na Concórdia, memb. 9 citado, conclus. [tal] e pág. 487 e 775.

Diz, em quinto lugar, que o esplendor da justiça não é a causa principal da permissão do pecado. Assim ensina na q. 27, art. 3. Diz, por último, que a ordem das causas e dos meios, que está constituída pela divina providência, não impõe nenhuma necessidade do consequente nem traz [necessidade] de consequência ao livre-arbítrio. Assim ensina na Concórdia q. 22, a. 1, Disput. [tal]. Outra coisa é [notar que], embora por vezes admita que a ciência [divina] é uma virtude imóvel e indissolúvel, [coloca] a execução do seu efeito na divina providência [de modo condicional].

[Início da Censura à Doutrina de Molina]

Quase tudo o que Molina ensina nesta sua proposição permanece, em parte, impugnado pelo que foi dito na censura à terceira, quarta e quinta proposição dele. Mas, para que notemos cada um dos seus ditos com a devida censura, seja esta a primeira conclusão [da censura]: Embora [Molina] o tenha louvado [a Tomás de Aquino], com bastante presunção e injuriosamente, Molina despreza Tomás naquele dito, e [despreza] a sentença comum dos Teólogos acerca da predestinação, ao rejeitar aquela sua predita sentença [de Tomás], afirmando que por causa dela a liberdade do nosso arbítrio é prejudicada [em vez de] salva.

Prova-se esta censura, pois: 1. [A doutrina] de Agostinho e Tomás acerca da predestinação foi aprovada pelos Padres, Sumos Pontífices, Santos Concílios e por Celestino [Papa]. Igualmente, pois vários outros Sumos Pontífices aprovaram universalmente tudo o que Tomás ensinou. Pois João XXII, na bula de canonização de S. Tomás, dada em Avinhão a 18 de julho de 1323, ano 7 de seu Pontificado, [que] começa [...], [e outros] Pontífices humilde e sabiamente aprovam toda a sua doutrina [...] num certo sermão de louvor a S. Tomás, que refere João Gerson, Chanceler Parisiense. O mesmo Sumo Concílio [de Constança?] recebe Tomás entre os santos... O Concílio de Basileia [diz] que Tomás... brilhou por milagres em vida e na morte, quantos artigos da fé ele defendeu... o início é... porque Deus defendeu o seu Santo, S. Tomás, sobre todos os outros Doutores da Igreja, e, com grandes milagres, atestou o testemunho de sua santidade.

Igualmente, Inocêncio VI, num certo sermão de louvor a Tomás, que começa 'Eloquium Salomonis' ('A Eloquência de Salomão'), aprova aqui cada coisa que S. Tomás escreveu e ensinou, e exorta a todos que sigam e defendam a sua doutrina. Pois tal sabedoria deste Doutor, além das escrituras canônicas, possui tal propriedade de palavras, modo de dizer e verdade de sentenças, que nunca quem a seguiu é encontrado a desviar-se do caminho da verdade, e quem a impugnou sempre foi suspeito acerca da verdade. Clemente VI aprova a mesma doutrina numa certa bula dada em Avinhão a 5 de fevereiro do primeiro ano de seu Pontificado. Igualmente, Urbano V, na bula ao Arcebispo e Doutores da universidade de

Toulouse, publicada a 30 de julho de 1369, confirma a mesma doutrina e admoesta a todos que a sigam; o que também fez, mais recentemente, Pio V na bula dada a 11 de abril de 1567.

Portanto, temerária e audaciosamente, para não dizer erroneamente, ousa Molina rejeitar e condenar a doutrina de S. Tomás acerca da matéria da predestinação, aprovada por tantos Sumos Pontífices, afirmando [que ela] não salva [preserva] a liberdade do arbítrio.

Segunda conclusão [da censura]. Censura do segundo Dito [de Molina]:

É contra a fé católica afirmar o que Molina expõe sobre a natureza da predestinação. 2. Embora [Molina] afirme que os adultos predestinados são salvos pelo previsto bom uso do livre-arbítrio segundo a liberdade que lhes é inata, e que dependem daquele uso, de modo que Deus não predestinou ninguém para a vida eterna por vontade absoluta e eficaz, mas sob uma certa condição mutável do bom uso do livre-arbítrio, previsto por Deus.

Esta asserção de Molina [está sujeita a] grave censura por ser contrária a S. Agostinho, que [mostra] ser esta sentença Pelagiana, o que prova no livro 'Sobre as palavras do Apóstolo', cap. [tal]. [Prova-se também pela Escritura:] Bendito seja Deus [Efésios 1:3-5] que nos abençoou com toda bênção espiritual nos céus, em Cristo. Nele, Deus nos escolheu, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele, em amor. Ele nos predestinou para sermos seus filhos adotivos... segundo o propósito da sua vontade... A Glosa ordinária, sobre o capítulo 1 aos Efésios, acerca das palavras 'para o louvor da glória da sua graça', acrescenta: 'aqueles que ainda não existiam, [existiam] apenas pela predestinação'.

[Agostinho] introduz S. Paulo: Como elegeu aqueles que predestinou? E assim como não os elegeu porque éramos santos, nem porque seríamos santos; mas antes nos elegeu para isto, para que fôssemos santos... Não elegeu porque seríamos santos, mas para que fôssemos santos pela sua graça. Mas Pelágio [ou Molina diz]: Deus, que previu os futuros santos e imaculados pelo livre-arbítrio da vontade, e por isso os predefiniu na sua presciência, elegeu-os; elegeu-os, digo, antes que existissem, predestinando os filhos que sabia que eles mesmos se fariam santos. [Agostinho diz que Deus] não previu que [eles] se fariam santos, [mas elegeu-os] para que fôssemos santos. Até aqui a Glosa. E nada mais apresenta Molina no segundo dito, senão aquilo que aquele Pelagiano [argumentava], a quem S. Agostinho impugna no final [da sua obra]. Donde Agostinho, no livro citado 'Sobre a Predestinação dos Santos', cap. 17, [...] condena neste capítulo a asserção Pelagiana de Molina, que impugnamos.

Além disso, prova-se pelas palavras do [capítulo 9] aos Romanos: 'Pois, quando [os gêmeos] ainda não tinham nascido, nem praticado o bem ou o mal — para que o propósito de Deus segundo a eleição permanecesse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama —, foi dito a ela [Rebeca]: O mais velho servirá ao mais

novo. Como está escrito: Amei Jacó, mas odiei Esaú.' (Romanos 9:11-13). Onde se deve ponderar aquela palavra do Apóstolo: 'para que o propósito de Deus segundo a eleição permanecesse firme', isto é, para que fosse firme pela própria eleição, e não pela presciência do bom uso do livre-arbítrio. Se a predestinação fosse certa apenas pelo bom uso do livre-arbítrio previsto, não seria certa segundo a eleição de Deus e o propósito de conferir os auxílios eficazes, pelos quais os predestinados são salvos. O Apóstolo, prevendo os homens soberbos... põe a diferença entre Jacó e Esaú não [meramente nos seus atos, mas] na vontade de Deus [que elege].

Mas, por outro lado, pergunta-se [Romanos 9:14]: Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! Concórdia... Disput... Molina não admite nenhuma solução para a dificuldade, [antes] faz Deus [parecer] cruel e iníquo. Com efeito, [refuta-se] a réplica de Molina que afirma em [...] que a sentença de S. Tomás e Agostinho acerca da predestinação faz Deus [parecer] cruel e iníquo. Que responder? Por acaso [o Apóstolo] recorre àquela ciência média do bom ou mau uso do livre-arbítrio previsto [como faz Molina]? Não! Mas diz o Apóstolo a Moisés [Romanos 9:15]: 'Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia e terei compaixão de quem eu tiver compaixão'. Portanto, [isso] não depende do querer ou do correr [do homem], mas de Deus que usa de misericórdia [Romanos 9:16]. Como solução para a soberba interrogação, [o Apóstolo] aduz somente a divina misericórdia, e não acrescenta a ciência média [para explicar o] 'correr' [do homem]. Pois, mesmo que os homens por si mesmos queiram e corram, é o próprio Deus quem, pela sua misericórdia, os faz querer e correr eficaz e livremente.

E isto é contrário à asserção de Molina. Pois o Apóstolo, neste capítulo, confuta outra réplica dos blasfemadores sobre este gênero de predestinação, no ponto [Romanos 9:19]: 'Mas você me dirá: Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois quem resiste à sua vontade?' isto é, por que Deus se queixa de nós, se, caso ele mesmo nos endureça, não podemos resistir? [...] auxílios eficazes sem os quais não somos salvos? À Sua vontade, quem resistirá? [Romanos 9:19]. Leia-se outra coisa [diferente disto] entre os defensores de Molina. E [Romanos 9:20-21]: Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?' O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso vil? Poderia o Apóstolo responder tão claramente, se fosse verdadeira a Doutrina de Molina, inserindo facilmente que o vaso de honra e o de desonra são feitos a partir do livre-arbítrio previsto; mas nada disso ele responde. Do contrário, o Apóstolo não responderia..., mas [tudo] reduz ao beneplácito de Deus... e põe a raiz última da diferença dos predestinados na vontade de Deus, que, por sua misericórdia, elege um e deixa/reprova outro.

[Outra] Conclusão [da censura]:

É errôneo o que Molina afirma no mesmo dito, que os Anjos foram deixados de tal modo à divina providência [comum] que, pelo livre-arbítrio, tal providência [ou seja, o seu bom uso] obteria a coroa da predestinação. Esta censura é provada por todos os

argumentos com os quais foi impugnada acima a proposição de Molina. Pois, [segundo Molina], aos Anjos que foram salvos, Deus não teria atribuído o dom especial final da perseverança, mas teriam perseverado [por seus próprios meios], a partir da liberdade inata do arbítrio que usa bem os auxílios suficientes que lhes foram dados pela divina providência. Afirmar isto, porém, é errôneo, como foi demonstrado na impugnação da primeira e da segunda asserção de Molina.

Conclusão 3 [da censura]:

É erro afirmar o que Molina afirma, sobre os párvulos batizados... É erro afirmar que aqueles párvulos, que são batizados pela vontade e operação de outrem, e morrem imediatamente e são salvos, são predestinados porque a salvação daquele párvulo batizado e salvo foi prevista por Deus a partir da previsão da operação alheia. Logo, o batismo foi efeito da predestinação pelos méritos de Cristo, não pela presciência de que, se o párvulo fosse batizado, seria salvo. E que um seja batizado e outro não [também depende da predestinação]. Mas, tudo o que é meio necessário para a salvação é efeito da predestinação, [como] a preparação dos dons no século presente e da glória no futuro. Logo, o batismo é um efeito que se segue infalivelmente do preceito divino [para os eleitos]. [Molina] põe como causa o fato de o menino ser batizado, [dizendo] não ser [este batismo] efeito da predestinação, porque a previsão da operação alheia era a causa da predestinação [daquele menino]. Mas, antes, o contrário: por isso aquele párvulo foi batizado por operação alheia, porque era predestinado por Deus. Finalmente, prova-se por aquele [texto de] Romanos 8[:30]: 'Aos que predestinou, a esses também chamou; aos que chamou, a esses também justificou...' Onde a vocação e a justificação são postas como meros efeitos da predestinação.

Censura da 3ª, 4ª, 5ª e 6ª conclusões [de Molina].

O que Molina afirma, que a salvação de nenhum homem é infalível pela força dos meios que são preparados por Deus sobre a predestinação, mas [que ela] se tem por certa a partir da presciência do bom uso do livre-arbítrio que Deus prevê como futuro, é errôneo. Deste modo, o uso do arbítrio precede a predestinação... Isto é claro a partir de... Esta censura, aliás, fica quase clara a partir da quarta asserção de Molina. Das quatro conclusões com as quais acima foi impugnada a sentença de Molina, [conclui-se que, para ele] a predestinação não é certa pela força dos meios, como foi mostrado acima. Na censura [...] [mostra-se que] de Deus provém a série de meios e auxílios [segundo] Molina... É erro negar o auxílio eficaz. Igualmente [é erro dizer] que a predestinação divina teria o evento infalível de alguém a partir da condição do uso previsto do arbítrio. [O evento] não é infalível a partir do uso do arbítrio previsto por Deus, pois tal combinação é contingente; a composição [só] pode ser infalível a partir da condição [absoluta]... de predestinar... [pela] ciência [divina]. [Deus deve] predestinar o fim e simultaneamente os meios.

Também é errôneo o que Molina afirma acima, que Deus não predestinou ninguém por vontade absoluta, nem os Apóstolos ou a Bem-aventurada Virgem, mas sob uma certa condição mutável do bom uso do livre-arbítrio. A censura é clara a partir de Agostinho... que diz expressamente o contrário, como se vê em [Efésios 1:4]: 'Deus nos elegeu para que fôssemos santos'... Falando aos Efésios, o Apóstolo... [diz] 'Elegeu'... Na conclusão 1 [da censura, já exposta].

[Nós a] conseguimos pela Sua graça... [Contra Molina, que afirma que] o esplendor da justiça não é a causa principal da permissão dos pecados ou daqueles que são condenados. É erro manifesto contra [a Escritura]. Visto que o pecado é causa da danação, não da reprovação [em si]. [A doutrina de Molina é] expressamente contra a sentença [de S. Paulo]. A causa do pecado [e] da reprovação [segundo S. Paulo]... Romanos 9 atribui esta causa [para a permissão do pecado]: Deus, querendo mostrar o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira... [Romanos 9:22]. Prova-se esta sentença, pois S. Paulo, em Romanos 9 [v. 22-23], [diz]: 'E que direis, se Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de dar a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia...?' A causa da permissão do pecado é a manifestação da sua justiça e da sua misericórdia. O efeito da predestinação dos eleitos é a manifestação da glória de Deus. A causa da reprovação [última, a danação, é o pecado, mas o decreto de reprovação se insere no mistério da justiça divina]

Com certeza! Eis a tradução completa do texto latino para o português do Brasil, utilizando léxico apropriado ao contexto escolástico, corrigindo as lacunas e apresentando o texto de forma contínua e clara:

[Sobre o livre-]arbítrio, onde [Anselmo] ensina ser boa esta mesma consequência: 'Pedro pecou livremente, porque Deus prescreveu e preordenou que Pedro pecaria', e por isso Anselmo chega a afirmar ser necessário, por necessidade de consequência, que peque aquele a quem Deus preordena que pecará. Sustenta, portanto, Anselmo que a necessidade de consequência coexiste com a liberdade do consequente. A mesma doutrina sustenta na posição de que, se Deus move a vontade para algo, é impossível em sentido composto que a vontade não se mova para aquilo, embora não seja impossível em sentido absoluto [simpliciter]. Esta distinção tem aquele teólogo [nas referências] 23, art. 6, ad 3; e na parte firme da q. 10, art. 4, ad 1; e q. 83, art. 1, ad 5, onde o Divino Tomás te admite esta posição.

Proposição de Molina Não parece necessário conceder que todos os efeitos fortuitos sejam intencionados [intentos] pela providência divina; aliás, não seria necessário conceder que a morte de infantes ocorra, por vezes, contra a intenção da suma vontade divina [ou da vontade de Deus], sendo apenas permitida. Assim ensina Molina na Concórdia, q. 22, p. 375 e no art. 4, seq. 5. Daí se evidencia que também as

mortes pelas quais algumas pessoas são mortas contra a intenção de seus assassinos – por exemplo, por estrangulamento no útero ou sufocamento de alguns em rios – ocorrem, por vezes, contra a intenção de Deus. Finalmente, afirma depois que, quanto aos eventos fortuitos ocorrendo [uacuentibus], Deus não intencionou pela providência divina o nexo das causas da sua parte, na Concórdia, q. 22, art. 5, perto do fim.

Censura. 3 Reis 22. Esta asserção é errônea, contra a Escritura expressa em 3 Reis 22, onde se lê que um homem, retesando o arco ao acaso, atingiu com a flecha o rei de Israel entre o pulmão e o estômago; e daí consta, pelo próprio contexto, que aquela flecha fora preordenada por Deus para que Acabe fosse punido pela iniquidade que exercera contra Nabot. Conforme a palavra do Senhor, que falara pela mão de Elias, varão santíssimo, como se vê no cap. 21. Além disso, prova-se por aquela passagem de Mateus 10: "Dois pardais vendem-se por um asse; e nenhum deles cairá por terra sem [a vontade de] vosso Pai", isto é, sem a providência de Deus, como expõem os Originais [ou Padres Gregos]. E daí que cair o pardal por terra é um efeito fortuito desse tipo, logo [está sob a providência]. Ademais, não isentar da providência divina expressamente algum efeito que, no âmbito moral, não é mau, parece ser contra Sabedoria 8: "Ela [a Sabedoria] atinge com força de uma extremidade à outra e dispõe todas as coisas com suavidade", e tem o cuidado da providência de todas as coisas; [não se deve concordar] porém com aqueles que diziam (Jó 22): "Ele passeia ao redor das abóbadas do céu e não considera as nossas coisas". E é errôneo pôr imperfeição na providência divina.

[Esta doutrina foi condenada] aos inquisidores da Espanha; e o referido Joannes Hieronimus, que a pregou, além de muitas outras asserções semelhantes às precedentes, [as quais] Molina tem na mencionada Concórdia, mas quase todas são impugnadas.

Observações para a plena inteligência do estado da causa pura.

1. Primeiramente, deve-se observar que os defensores de Molina não só defendem as [proposições] Dominicanas, ou pelo menos muitíssimas delas, e de muitos modos tentam torná-las prováveis, defendendo-as em vários livros impressos, omitindo-as [ou silenciando sobre elas] nas conclusões públicas em suas lições e, finalmente, defendendo outras proposições delas dependentes, o que resulta em grande prejuízo para a antiga doutrina dos Santos Padres e Doutores, com grande escândalo para toda a república [cristã] e perigo para a fé; e, a menos que por Sua Santidade o Papa Clemente seja imposto silêncio a tais doutrinas novas e peregrinas, seguir-se-ão males cada vez maiores.
2. Em segundo lugar, deve-se observar que tanto Molina quanto seus defensores infligem grande injúria aos discípulos de Santo Tomás, especialmente ao Mestre Báñez, ao lhes imputar, de forma impudentíssima, falso testemunho, ao publicarem que eles sustentam que Deus move e determina tão eficazmente

a vontade do homem que este não pode resistir-Lhe, o que é contra a definição expressa do Concílio Tridentino, Sess. 6, Cân. 4, Sobre a Justificação, onde se define que o livre-arbítrio do homem, movido e excitado por Deus, pode, em verdade, dissentir [de Deus], se quiser. Este falso testemunho nos impõe expressamente Molina na Concórdia, q. 14, art. 13, disp. 52, § Autores, onde assim diz: "Os autores da sentença contrária, pressionados pela dificuldade de muitos argumentos [que mostram] que dela se seguiriam impossíveis que nem poderiam dissolver satisfatoriamente, entre outras coisas, dizem que Deus a ninguém oferece auxílio eficaz, mas afirmam [apenas] o suficiente. Contudo, [tal pessoa] não se converte porque não lhe é conferido o auxílio eficaz, [auxílio] ao qual pudesse resistir e ao qual de fato resiste". E assim os Tomistas confessam resolver os argumentos; pois, se admitissem o auxílio eficaz, pelo qual a vontade é movida (e sem o qual não se converteria), e ao qual não pudesse não se converter ou resistir, não teriam o que responder. Isto [diz] Molina, com o qual impõe falsidade a nós, ao Mestre Báñez e a outros Tomistas, [acusando-nos] de dizer que Deus move eficazmente o livre-arbítrio por modo de necessidade, de modo que não pode resistir-Lhe absolutamente. Mas [nós] afirmamos que, embora suposto que Deus mova eficazmente o livre-arbítrio, então esse livre-arbítrio não pode resistir, mas isto se diz apenas em sentido composto. Esta distinção de que é compatível que Deus mova simultaneamente de modo eficaz o livre-arbítrio e que esse livre-arbítrio resista, falando em sentido absoluto, está expressa no Mestre Báñez na 1ª parte, q. 19, art. 6, dub. 2, concl. 3, dub. ult. e concl. 5, e q. 23, art. 5. Finalmente, onde aduz certas palavras de Caetano citadas no art. 6, diz que esta proposição "o livre-arbítrio pode dissentir, se quiser" deve ser entendida em sentido dividido e não em sentido composto, de modo que possa ocorrer simultaneamente estas duas coisas: existir este auxílio eficaz neste instante e o livre-arbítrio dissentir, desistindo. A razão, porém, é evidente: resistir à vontade eficaz de Deus é impossível em sentido absoluto [simpliciter], porque a sua vontade eficacíssima é a regra reta de todas as ações livres que procedem de Deus absolutamente. Até aqui Báñez. O mesmo sustenta o mesmo doutor no art. 7 seguinte, na solução ao 2º argumento.

[Referindo-se a Agostinho] na Epístola a Tito, cap. 3, e [talvez 'De Legge'?] cap. 12, onde assim diz: "Isto que digo, isto é, que posso cumprir os mandamentos se quiser, um dos discípulos de Pelágio, aliás, já mestre dele, começou a argumentar: 'Se nada faço sem o auxílio de Deus, então em vão Deus me manda [fazer] aquilo que sem o seu auxílio não posso cumprir, a não ser que Ele sempre me ajude'". O mesmo argumento propunham os Gnósticos e Maniqueus, os quais, [por ele] convencidos, afirmavam que os vícios provinham da necessidade da providência divina; entre eles estiveram certos Filósofos, que Santo Agostinho refere no livro 5 da Cidade de Deus, cap. 8 e 9, os quais são impugnados pelo bem-aventurado Jerônimo na Epístola a Ctesifonte, cap. 3, e por Orígenes na exposição da Epístola aos Romanos, cap. 9, e por Dídimo no livro 3 sobre o Espírito Santo, e por Santo Agostinho na Epístola a

Sixto e Valentino, e no livro sobre a Correção e a Graça, c. 13, e no livro sobre a Predestinação dos Santos, c. 10, cap. 15; [por] Crisóstomo na Homilia 60 ao povo e Homilia 16 na Epístola aos Romanos; [por] Próspero contra o Colator, cap. 13; e por São Gregório nos Morais, livro 9, cap. 13 e livro 33, cap. 14; e por Santo Anselmo no livro sobre a Concórdia da Graça e do Livre-Arbítrio, cap. 19 e seguintes; e por São Bernardo no livro sobre a Graça e o Livre-Arbítrio, que o dissolve integralmente, assim como os demais Doutores que falam especificamente sobre esta matéria. Finalmente, Santo Tomás o propõe e dissolve em muitos lugares, principalmente na 1ª parte, q. 19, art. 6 e 8, e q. 22, art. 9, e q. 23, art. 5, e q. 103, art. 7, e q. 105, art. 4, e q. 111, art. 2; e na 1ª-2ª, q. 9, art. 6, e q. 10, art. 4, e q. 79, art. 2, e q. 109, art. 1 e 6, e q. 112, art. 3, e q. 113, art. 7. E é admirável que Molina repita tantas vezes esse mesmo argumento em seus escritos como [se fosse] insolúvel e como um [argumento de] Aquiles, pelo qual [pretende] que os Santos Doutores antigos, especialmente Agostinho e Tomás, sejam convencidos com poucas [palavras ou argumentos], e atribuam à liberdade universal o que deveria ser atribuído antes à misericórdia divina e à sua moção eficaz. Anotei isto para que a Santa Sé Apostólica considere que esta querela é antiga, e o argumento pelo qual foi ressuscitada na Espanha esta questão tão odiosa, sempre existente na Igreja de Deus; argumento este que Molina ensina ser insolúvel, [enquanto] o Divino Apóstolo Pedro e todos os outros santos Doutores acima mencionados o resolvem e declaram a consequência ser solúvel. Vejam, portanto, os Censores da fé e julguem a qual juízo se deve aderir: ao do Divino Apóstolo Pedro e dos Santos, ou ao de Molina.

Outro argumento de Molina. Este outro argumento, porém, pelo qual mui facilmente convencem [ou tentam convencer] o Doutor Molina e seus asseclas de que se deve negar o auxílio eficaz, não é recente e é deste teor: Se o auxílio eficaz de Deus, movendo essencialmente para os atos sobrenaturais, é necessário para que esses atos sejam feitos por nós, segue-se que não se imputa ao pecador como culpa o não se converter no momento da morte. Prova-se esta sequela: sem o auxílio eficaz de Deus é impossível a conversão do pecador; mas a ninguém se imputa como culpa se não faz aquilo que lhe é impossível, porque ninguém peca naquilo que não pode evitar; logo, se tal auxílio não for concedido ao pecador, não se imputará ao homem como culpa a impenitência final. Este mesmo argumento Molina e os seus consideram novo e como insolúvel, de modo que julgam que a ele não responderam Santo Agostinho nem Santo Tomás, [o qual Tomás] o propõe e dissolve em muitos lugares, especialmente na 1ª-2ª, q. 109, art. 10, ad 2; e na 3ª parte, q. 86, art. 2, ad 3, e q. 89, art. 4, ad 1; e na 1ª parte, q. 23, art. 3, ad 3, e q. 49, art. 1, ad 3, e q. 62, art. 2, ad 3; e no De Veritate, q. 24, art. 12, ad 4, e q. 22, art. 5, ad 2, e q. 6, art. 1, ad 14 e 15; e no 2º Livro das Sentenças, d. 28, q. 1, art. 4, ad 6. Além disso, dissolve-o expressamente Santo Agostinho contra Juliano, livro 5, cap. 3, e contra a 2ª Epístola de Pelágio, livro 2, cap. 6, e no livro Sobre a Correção e a Graça, cap. 7, onde, falando sobre o dom da perseverança, aduz o mesmo argumento para provar que não deve ser imputada como culpa àqueles que não perseveram, o que diz da pessoa deles: "Por isso somos corrigidos como se [não] fôssemos agraciados, quando não recebemos o

dom da perseverança, pelo qual permaneceríamos no bem". Isto [diz] Agostinho. E assim como Santo Agostinho dissolveu este argumento dos Hereges argumentando sobre o dom da perseverança, assim também nós dissolvemos esse mesmo argumento sobre o auxílio eficaz de Deus, sem o qual ninguém pode perseverar e converter-se a Deus finalmente.

[Se os defensores de Molina] se defendessem ingenuamente. Divina sentença, a que ensina Crisóstomo na referida homilia! Logo, se Molina condena como pelagiana a sentença de Crisóstomo naquele lugar, consequentemente condena a sua própria como pelagiana.

Dolo em Outra alegação de Sisto Senense. Usa também Molina, para sua defesa, [passagem] na qual usa de dolo e cavilação, aduzindo a seu favor Sisto Senense, livro 6 da Bibliotheca [Sancta], anotação 248. Pois Sisto Senense estabelece aí dupla sentença sobre a predestinação: uma de seu Preceptor Ambrósio Catarino, a qual o mesmo Sisto retrata como nova e ofensiva aos ouvidos pios - afirmava Catarino que, excetuados a Deípara, a Bem-Aventurada Virgem, e os Apóstolos, a restante multidão do gênero humano que é predestinada por Deus não é predestinada por Decreto fixo e imóvel, mas sob certa condição mutável do bom uso do livre-arbítrio, [e] pelo menos não quis que fosse [de outro modo] -; a outra sentença, porém, que o mesmo Sisto Senense segue e afirma ser verdadeira e católica, é a mesma que Santo Agostinho e Santo Tomás defendem. Eis, portanto, Molina a aduzir para si a sentença que Sisto reprova e retrata, e a ocultar aquela que é a mesma que a sentença dos Tomistas, e a narrar aquela [primeira] e omitir esta que [Sisto] segue resolutivamente, a qual é contra ele mesmo. O que seria o mesmo que se alguém alegasse a seu favor outro autor, Agostinho, alegando para si a sentença dos Maniqueus, que [Agostinho] cita quando era Maniqueu, o que certamente seria uma audácia intolerável.

Dolo na alegação de Driedo. Com outra intolerável cavilação e dolo usa Molina [de seus argumentos] quando aduz em seu favor o Doutor Driedo no livro sobre a Concórdia da Predestinação. Alega, pois, o lugar em que Driedo procede argumentando para provar a verdadeira concórdia do livre-arbítrio com a predestinação, e oculta o lugar onde profere sua resolução, na qual sustenta sentença expressamente favorável a nós e condena a nova doutrina de Molina, como se evidencia pelos trechos dele que aduziremos abaixo. Ao responder aos lugares dos escolásticos, do mesmo modo poderia Molina alegar Santo Tomás nos argumentos que propõe nos inícios dos artigos, quando diz: "Parece que Deus não é trino e uno", e afirmar que Santo Tomás sustenta que Deus não é trino e uno, o que seria uma ingente injúria contra o santo Doutor. Outras coisas dignas de advertência vêm nestas alegações de Molina, as quais não serão notadas na resposta aos lugares dos Doutores, [lugares] que quase todos são falsamente aduzidos por Molina: não ensinam o que Molina diz que eles ensinam, nem trazem palavra alguma que, provável ou aparentemente ao menos, possa ser trazida em seu favor; antes, muitíssimos deles nos favorecem expressamente nos mesmos lugares aduzidos pelos

adversários para si, ou pelo menos neles sustentam [nossa] sentença, ou ao menos deles se deduz, por consequência evidente ou probabilíssima, a nossa sentença, que afirmamos contra Molina: são dados, sim, auxílios de Deus que premovem eficazmente nossa vontade, e especialmente naqueles atos sobrenaturais, máxime pelos quais nos dispomos para a justificação, como já foi mostrado acima.

[Em Agostinho, livro] dos simples, art. 10, e similarmente q. 12; e 2º [livro] da Cidade [de Deus], livro 5, cap. 9, apenas diz que o homem tem livre-arbítrio. João Damasceno, do livro 2 sobre a Fé Ortodoxa, cap. 27, e livro 3, cap. 14, e livro 4, cap. 21; sobre a Predestinação, cap. 30; livro 4, cap. 25, refere-se Nabucodonosor, 23, q. 4. Veja Basílio, homilia 'Que Deus não é autor do mal'.

Molina C. Sustenta São Jerônimo: sobre Jeremias 18; e na Epístola a Ctesifonte, col. 10; e no 2º [livro] contra os Pelagianos, col. 2 e 3; e no Diálogo 1, col. 6; e na Epístola a Hedíbia, q. 8; e sobre Ezequiel 3 e 33; e sobre Oseias 10; e sobre Zacarias 1; e sobre Mateus 25; e em Isaías 1, 23 e 46; e na Epístola a Dâmaso, tomo 3, pouco depois do princípio. Damasceno: Sobre a Fé Ortodoxa, livro 2, cap. 29 e 30, e livro 3, cap. 18, e livro 4, cap. 21; e no Sermão sobre a Transfiguração, perto do meio. Jerônimo: [Epístola] aos Gálatas 5. Malaquias [?]. Jerônimo: em Jeremias 18; Isaías 45 e 66; Mateus 26; cap. 'Si enim', De Poenitentia, dist. 2, glosa ali.

Molina D. Sustenta Ambrósio: Sobre a Vocação [dos Gentios], cap. 9; e na Epístola aos Romanos 9: "Aqueles que foram eleitos não por causa das obras, mas por causa daquele que chama, foram chamados santos".

Molina E. Sustenta Crisóstomo: Homilia 12 sobre a Epístola aos Hebreus, no princípio, no capítulo moral; e Homilia 43 ao Povo; Homilia 11 sobre João; Homilia 16 sobre a Epístola aos Romanos; Romanos 9; e Homilia 18 sobre a mesma epístola, sobre aquilo "Amei Jacó"; Homilia 1 na 2ª Epístola aos Efésios; tomo 96 [?], sobre João.

Molina F. Sustenta Santo Anselmo: livro Sobre a Concórdia da Graça e do Livre-Arbítrio, cap. 2 e 3; livro 2 do 'Cur Deus Homo', cap. 16; e livro Sobre a Queda do Diabo, cap. 4; e no Elucidário, pouco depois do início.

Molina G. Sustenta Orígenes: livro 7 sobre o cap. 9 da Epístola aos Romanos; e 2º [livro] do Peri Archon, livro 3, cap. 1; e livro 8 sobre o cap. 10 aos Romanos; e livro 10 sobre aquilo "do poder do oleiro"; e Homilia 3 sobre Jeremias; e Homilia 16 sobre Josué [Iesum Nave].

Quanto a C. São Jerônimo, em todos esses lugares, nada diz sobre predeterminação física ou moral que favoreça Molina; antes, no livro 3 contra os Pelagianos, col. 9 e 10, favorece-nos, com o consentimento de toda a Igreja. Pois assim diz na col. 9: "Porventura eu suprimo o livre-arbítrio, eu que em toda a minha disputa nada mais fiz senão conservar a onipotência de Deus em todas as coisas?". E na Epístola aos Gálatas, cap. 1, também nos favorece, dizendo assim: "Aquele que me segregou desde

o útero por presciência, isto é, porque sabia como eu haveria de ser". Nos outros lugares, apenas ensina que o homem tem livre-arbítrio. Por que foi necessário, então, Molina alegar tantos lugares?

Quanto a D. Ambrósio é alegado falsamente; aliás, favorece-nos antes, na Homilia 18 sobre Lucas, cap. 15; e livro 6, epístola 41; e livro 2 sobre Jacó e a Vida Beata, cap. 4 e 5, onde diz: "Acaso se deve temer que pareçamos suprimir o livre-arbítrio, quando dissemos que tudo o que nós mesmos fazemos deve ser referido a Ele [Deus]? Como, porém, se mostra [isto] consequente à verdade? Pois, agindo Deus, não diminui a liberdade do arbítrio, mas aumenta". E no livro 1 sobre a Vocação dos Gentios, cap. 9, diz assim: "Para que, porém, os crentes fossem ajudados e perseverassem nos corações dos crentes, [Deus] agiu para que cressem, efetuou para que quisessem; nem, contudo, seriam naturalmente necessitados, [pois] se a fé se seguisse por essa vontade [necessitada], não haveria prêmio". E pouco abaixo diz assim: "Aqueles que Deus quis que quisessem, quiseram; os quais já foram agraciados com o querer de tal modo que, por aquela mutabilidade pela qual podiam falhar, não falhassem: querendo antes que não querendo".

Quanto a E. O próprio Molina confessaria que Crisóstomo, naquela Homilia 12, pensa contra Pelágio, como dissemos acima. Como o alega a seu modo? Na Homilia 43 ao Povo, falta [a referência a] Crisóstomo que é alegada [talvez refira-se à Homilia 13?]. E na Homilia 16 aos Romanos, nada diz para o propósito de Molina, a não ser que Deus não tira do homem a nobreza da vontade. Na Homilia 18 sobre a Epístola aos Efésios, favorece-nos expressamente, pois diz na col. 2: "Se todas as coisas são divinamente dispensadas e preordenadas, como está em nosso poder sermos bons ou maus?". Soluciona: "Não se tira o livre-arbítrio pela muita providência para conosco". Na Homilia 96 sobre João, apenas diz que Deus não coage os homens pela violência, mas pela persuasão para o bem, e não lhes tira a liberdade do arbítrio. Na Homilia 11, ensina o mesmo: que o homem tem livre-arbítrio, e nada diz sobre predeterminação física ou moral.

Quanto a F. E aqui é falsamente alegado a favor de Molina Santo Anselmo, pois no livro sobre a Concórdia, parte 1, cap. 6; e no livro sobre a Queda do Diabo, cap. 21; e no livro sobre a Concórdia da Presciência e da Predestinação, e também da Graça de Deus com o Livre-Arbítrio, questão 1; sobre a Concórdia da Graça e do Livre-Arbítrio, cap. 3, ensina que é dada graça eficaz que move a vontade para as obras; muito mais, ensina expressamente contra Molina. E no cap. 3 do mesmo livro, explicando aquilo de Romanos 9: "Não é do que quer, nem do que corre, mas de Deus que usa de misericórdia", diz: "Porque, portanto, na Sagrada Escritura encontramos certas coisas que parecem favorecer somente a graça de Deus, e certas coisas que parecem estabelecer somente o livre-arbítrio, [houve] alguns soberbos que julgaram que toda a virtude e eficácia consistem somente na liberdade do arbítrio. Vejam-se as coisas que se seguem. Pois, quando se lê: 'Não é do que quer, nem do que corre, mas de Deus que usa de misericórdia', não se nega que no que quer e no

que corre algo precede da liberdade do arbítrio, mas significa-se que não se deve imputar ao livre-arbítrio o que faz, mas à graça de Deus".

Quanto a G. Em favor da nossa causa, antes, inclina a [sua] sentença Orígenes, pois na Homilia 13, sobre aquelas palavras do Salmo 36: "O Senhor sustenta a sua mão", tudo refere ao auxílio divino pelo qual o homem é amparado para não cair e, se cair, para se levantar. E no livro 10 sobre a Epístola aos Romanos, no prólogo, Orígenes procede definindo e resolvendo os principais argumentos de Molina na pessoa daqueles que, ao porem a infalível predestinação de Deus, pareciam tirar a liberdade do arbítrio. Molina, porém, usa das argumentações [de Orígenes contra esses] como se fossem definições [do próprio Orígenes]. No livro 3 do Peri Archon, cap. 1; e livro 10 sobre o cap. 13; e livro 7 sobre o cap. 9 aos Romanos, [Orígenes] investiga [a questão]: "que sejamos bons ou maus, é da raiz da vontade"; mas aqui se entende que sermos bons [é obra] da nossa vontade não [procedente] das meras forças da natureza, como punha Pelágio, nem pela nossa mera liberdade acompanhada por auxílios iguais de Deus, como põe Molina na 2ª proposição, mas [obra] da nossa vontade prevenida e movida pelo auxílio divino, como põe a antiga Doutrina de Santo Agostinho.

..não podem cumprir [seus deveres], a menos que ele mesmo [Deus] sempre me ajude. A mesma tese [era defendida] por alguns que, convencidos por aquilo, afirmavam que isso acontecia por divina providência, entre os quais houve certos Filósofos. Os quais são impugnados por Pedro, onde trata [do assunto], por Crisóstomo, por Santo Anselmo, [em sua obra] sobre a Concórdia [da presciência, predestinação e graça de Deus com o livre-arbítrio], por Bernardo, [em sua obra] sobre a graça e o arbítrio...

Finalmente, Tomás [de Aquino] propõe aquilo, e [refere-se à] divina [vontade ou providência] especialmente em passagens difíceis [ou controversas]. E é admirável que [certos] Teólogos, [supostamente] plenos de ciência e do Espírito de Deus, [falem de] misericórdia [enquanto] atribuem aos Santos antigos em coisas mínimas, e ao livre-arbítrio, aquilo que deveria ser atribuído antes à potência divina e à sua moção eficaz. Molina ensina [isso], e [daí] surgiu [uma controvérsia], a qual de fato anotei, para que se considere [a doutrina] antiga, [especialmente] que na Espanha [surgiu] a questão por causa da qual [a dificuldade] insolúvel [foi levantada]. Pedro [e outros] mencionados acima resolvem aquilo e decretam que a consequência [lógica] é solúvel. Logo, é também indecente [a posição de] Dinis [o Cartuxo?] e de Molina. Doutor Molina e os seus [seguidores] são facilmente convencidos disso [ou refutados]. Molina [defende que] esta doutrina recente é deste tipo.

Se o auxílio eficaz de Deus, que não move essencialmente para os atos sobrenaturais, é necessário para os atos feitos por nós, segue-se que o pecado seja imputado como culpa, e que o pecador não se converta. Sem o auxílio eficaz de Deus a conversão é impossível, mas a ninguém se imputa culpa se não faz o impossível, pois ninguém

peca naquilo que não pôde evitar; logo, se não [se converte por falta desse auxílio], ser-lhe-á imputada ao homem como culpa a impenitência final.

[Alguém] propõe e resolve o [argumento] insolúvel, [e] propõe [sua solução]. Este argumento é novo na Teologia, e a partir do [tratado] 'Sobre a Verdade' [Tomás de Aquino] propôs [sua visão] e declaradamente refuta aquilo. Onde, falando sobre o dom da perseverança, [apresenta] o argumento para provar que não deve ser imputada como culpa àqueles que perseveraram [ou não perseveraram por falta do dom], [e argumenta sobre] aqueles que não receberam de Deus a perseverança, [os quais] se desculparão dizendo deste modo: 'Por que somos corrigidos? Por que somos condenados?' [Como se dissessem:] não recebemos a perseverança, pela qual permaneceríamos no bem...

Deve-se observar que o Doutor Molina ou os seus apoiadores apresentam Doutores Santos antigos e Escolásticos, nos quais [dizem que] nenhum auxílio físico predeterminante, que determine [a vontade] intrínseca ou extrinsecamente, é ensinado; acrescentam, porém, que alguns deduziram isso por consequência evidente ou provável.

Respondamos [a isso]. É muito notável [ou lamentável] que Molina, para se defender, alegue as autoridades dos Santos, acrescentando-lhes palavras, ou mudando as palavras dos Santos, ou referindo-as com truncamento [cortes], para que pareçam favorecê-lo mais eficazmente. Pois, de fato, ao tentar provar aquela ciência média, ele cita o Papa Leão [Magno] sob esta forma: 'O Senhor não introduziu em si os ímpios [pecados ou as más vontades], mas prevendo o que deveria ser feito... mas diz que o que deveria ser feito... e daqui, isto é, presciência do que deveria ser feito...' e [Molina] produz um sentido totalmente diverso, como se Leão dissesse que Deus agiu por presciência para que aquilo acontecesse, e age para que alguém faça alguma obra boa, e o compele para que faça tal obra.

Igualmente, segundo os ditos de Molina, Agostinho [diria] sob esta forma: 'Se dois [homens] iguais em tudo [vissem] uma mulher formosa, pode acontecer somente pela liberdade que um consinta, concupiscendo-a, enquanto o outro [resiste ou não peca].' Há dolo na alegação sob esta forma. Molina igualmente [tira] das palavras [de Agostinho] que pode acontecer 'somente pela liberdade' de cada um. [Embora Agostinho fale] de dois afetados do mesmo modo por Deus [ou pela tentação], que um peque, mas o outro resista ao desejo, Agostinho diz que pode acontecer [por causas diversas]. Molina omite isso e foca naquela partícula 'somente por' ou 'somente pela liberdade do arbítrio', mas o que Molina [faz é confirmar] a sua [opinião] sob a autoridade [deturpada de Agostinho].

Molina aduz outra alegação em seu favor, que mais o condena, sobre Crisóstomo. O mesmo Molina reconhece que Crisóstomo sustentou, [em certa passagem], uma sentença Pelagiana. Logo, consequentemente, o Doutor Molina [se contradiz], pois Molina, ao alegar Crisóstomo em seu favor, não pôde deixar de tocar [no ponto] que

a sua própria sentença seria Pelagiana. Portanto, se Molina reconhece como Pelagiana a sentença de Crisóstomo naquele ponto, condena consequentemente a sua própria [sentença] como Pelagiana.

Molina usa de dolo em outra alegação para sua defesa, na qual parece alegar Sisto de Sena com engano e astúcia. Pois Sisto estabelece ali uma dupla sentença sobre a predestinação: uma, de Ambrósio Catarino, a qual o mesmo Sisto retrata como notória e ofensiva aos ouvidos pios; outra, porém, que ele segue como fiel e católica, que é a mesma que Santo Tomás [defende e que] nós defendemos. Contudo, Molina aduz em seu favor a sentença que Sisto reprova e retrata, e omite aquela que Sisto segue em sua resolução, que é a mesma que a sentença que nós sustentamos. [Molina segue] o mau costume de [citar], sob a autoridade de Agostinho, a sentença dos Maniqueus, que Agostinho reprova, como se fosse [a de Agostinho]... o que certamente seria uma audácia intolerável.

Molina usa de dolo e de uma cautela intolerável em outra [alegação], quando aduz em seu favor o Doutor Driedo [Joannes Driedonus], pois alega um lugar no qual Driedo procede argumentando contra a verdadeira concórdia do livre-arbítrio com o auxílio divino. De fato, onde Driedo apresenta sua resolução, sustenta expressamente uma sentença que nos favorece e condena a nova doutrina de Molina, como é patente a partir daquelas passagens dele.

Ao responder às passagens dos Escolásticos, do mesmo modo Molina poderia ter alegado Santo Tomás no argumento que [Tomás] propõe no início do artigo [da Suma Teológica], quando diz: 'Poderia parecer que Deus não é trino e uno' [parte do 'Videtur quod'], e [Molina poderia] afirmar que Santo Tomás sustenta que Deus não é trino e uno [ignorando a resposta de Tomás]. O que certamente seria uma imensa injúria contra o Santo Doutor. Outras coisas dignas [de nota] devem ser advertidas em tais alegações, todas as quais serão notadas na resposta às passagens dos Doutores, passagens que quase todas são falsamente citadas por Molina, pois não ensinam aquilo que Molina diz que eles ensinam, nem dizem palavra alguma que, ao menos provavelmente ou aparentemente, possa ser trazida em seu favor; pelo contrário, muitíssimos deles sustentam expressamente a nossa sentença, ou ao menos a partir deles se deduz por consequência evidente ou probabilíssima aquilo que afirmamos [em oposição] a Molina: a saber, que Deus move a nossa vontade por meio do auxílio eficaz, e especialmente naqueles atos sobrenaturais pelos quais somos dispostos para a justificação.

É admirável que Molina distorça a sentença de Santo Tomás, [enquanto] ele mesmo diz coisas contrárias. Principalmente Molina nega absolutamente que a ação [volitiva] seja feita por Deus predeterminando a vontade; e se a discussão é sobre o auxílio que predetermina fisicamente a vontade, Santo Tomás nestas passagens não nega que Deus dê tal auxílio, mas em muitas [passagens] afirma absolutamente que Deus, com seu auxílio eficaz, move a nossa vontade, salva a liberdade da mesma vontade. E isto [Tomás] ensinou. As palavras de Santo Tomás que nos favorecem

[foram citadas]. Mas como Santo Tomás em alguns lugares ensina que o homem possui livre-arbítrio e opera livremente, [eles] inferem por uma consequência abominável que Santo Tomás sustenta que a vontade do homem não é movida eficazmente por Deus, embora, no entanto, Santo Tomás em muitos outros lugares concilie a liberdade do homem com este tipo de auxílio eficaz.

Agostinho sustenta expressamente o contrário em [várias] passagens. [Na obra] 'Sobre o bem da perseverança' não há nada que possa favorecer Molina, e similarmente [em outras obras]. Simplício apenas diz que o homem tem livre-arbítrio.

Jerônimo, em todas essas passagens, nada diz sobre predeterminação física ou moral que favoreça Molina; pelo contrário, [na obra] contra os Pelagianos, diz: 'Eu não suprimo o livre-arbítrio, [eu] que em toda a minha disputa nenhuma outra coisa fiz senão conservar a onipotência de Deus em tudo'. E nos favorece quando diz assim: 'aquele que me separou desde o útero por presciência', o que mostra que ele [Deus] sabia o que haveria de ser; em outras passagens, [Jerônimo] apenas ensina que o homem tem livre-arbítrio. O que isso tem a ver, então, com a sentença de Molina?

Próspero [de Aquitânia]? O nosso [autor] antes também nos favorece, onde diz: 'Acaso se deve temer que pareçamos suprimir o livre-arbítrio quando recorremos a Deus que nos ajuda ou a ele [nos refugiamos]? Dissemos [?] que a regra da verdade se mostra: pois, operando a graça de Deus, não se retira o arbítrio'. E diz: 'nos corações daqueles que seriam atraídos, [Deus] fez isto, para que cressem; produziu isto, para que quisessem; mas de onde seriam movidos a isto, se não tivessem uma fé e uma vontade sequazes [que seguem a graça]?' E pouco abaixo diz assim: 'Aqueles que Deus quis [salvar], quis que fossem volentes; são [aqueles] a quem já concede o querer de tal modo que lhes retira aquela mutabilidade pela qual poderiam enganar-se [ou cair]'.

O próprio Molina confessa que Crisóstomo, naquela Homilia [mencionada], é contra Pelágio, como dissemos. Como o alega agora? Na Homilia [tal], falta a Crisóstomo aquilo que [Molina lhe atribui]. Na Homilia [outra], nada diz referente ao propósito de Molina, exceto que Deus requer do homem a nobreza da vontade. Na Homilia sobre a epístola aos Efésios, [Crisóstomo] expressamente nos favorece; pois diz: 'se pela sorte divina todas as coisas foram dispensadas e predefinidas...'

Com certeza! Farei a tradução completa do texto em latim escolástico para o português do Brasil, garantindo que todo o conteúdo seja vertido, corrigindo possíveis lacunas e apresentando o texto de forma fluida e contínua, como solicitado.

Primeira Proposição de Molina

Se dois homens, iguais em tudo e sob todas as perspectivas, olharem para a mesma mulher formosa, pode acontecer, unicamente pela liberdade do arbítrio de um deles, que um consinta no pecado, cobiçando-a, enquanto o outro não consinta.

Molina apresenta estas palavras na *Concórdia do Livre Arbítrio*, questão 14, artigo 13, disputa 12, página 53, e afirma que esta citação é de Santo Agostinho, no livro 12 de *A Cidade de Deus*, capítulo 6. Com base nessas palavras, Molina imediatamente infere a seguinte proposição: O mesmo raciocínio se aplica a dois homens com as mesmas disposições, igualmente chamados por Deus à fé. Pois, unicamente por causa da liberdade deles, pode acontecer que um abrace a fé, enquanto o outro a despreze.

Censura

Esta asserção é errônea e evoca resquícios da heresia pelagiana. Prova-se isso com base em 1 Coríntios 4: "Pois, quem te faz diferente? E que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te glorias, como se não o tivesses recebido?". Com estas palavras, o Apóstolo determina que tudo o que distingue o fiel do infiel provém do dom da graça de Deus, de seus auxílios constantes e dons, sendo totalmente recebido por aquele a quem Deus misericordiosamente concedeu, mas não ao infiel. Se, na referida asserção, em dois homens iguais em tudo e sob todas as perspectivas, às vezes acontecesse que, unicamente pela liberdade, um se convertesse e o outro não, então, em tal caso, o fiel se converteria unicamente por sua liberdade, e não por um dom especial de Deus que ele recebeu e o outro não tem. Assim, unicamente pela liberdade do arbítrio ele se distinguiria do infiel, e não pelo dom de Deus, o que é errôneo e contrário ao sentido do Apóstolo.

Confirma-se e demonstra-se [a erroneidade] desta asserção a partir de Santo Agostinho, no livro *Sobre a Predestinação dos Santos*, capítulo 18, onde, explicando o testemunho do Apóstolo recém-citado, diz assim: "Pois o que fez isto? Os dons que são comuns a todos os homens, ele disse primeiro: 'Quem te faz diferente?'. E a isso acrescentou: 'E que tens tu que não tenhas recebido?'. Para que talvez o homem, inflado contra o outro, não pudesse dizer: 'Distingue-me a minha fé, a minha justiça', ou qualquer outra coisa. A estes pensamentos, o bom Doutor se antecipa, dizendo: 'E que tens tu que não tenhas recebido?'. De quem, senão daquele que te distingue do outro, a quem não deu tanto quanto tu tens?". Até aqui, Agostinho. Com estas palavras, o Santo Doutor sustenta que aquele que se converte recebe de Deus algum bem especial que não recebe aquele que não se converte, e que por esse bem especial de Deus ele é distinguido do outro, e não unicamente por sua própria liberdade. Portanto, a proposição "unicamente por sua própria liberdade um se converte, o outro não, dados auxílios de Deus totalmente iguais em tudo e sob todas as perspectivas" contradiz o Apóstolo.

Além disso, Próspero, no livro 1 *Sobre a Vocação dos Gentios*, capítulo 9, explicando o testemunho do Apóstolo, confirma esta nossa censura. Diz assim: "Ambrósio,

contra a soberba que se gloria no livre arbítrio, sancionou aquela sentença conhecida, dizendo: 'Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te glorias, como se não o tivesses recebido?'. A profissão daquela questão que, com admiração, o Apóstolo confessa ser impenetrável, não se resolve pelo querer e não querer do livre arbítrio, porque, embora exista no homem o bom não querer, ele não possui o bom e salutar querer, a não ser que lhe seja dado". Até aqui [Próspero]. Logo, [o homem] não se converte unicamente por sua liberdade, isto é, porque quer com o auxílio suficiente, como diz Molina, mas porque recebeu um dom especial e eficaz de Deus, pelo qual se converteria, dom este que o outro não recebeu. Do contrário, de fato, a questão "por que um se converte e o outro não?" seria suficientemente resolvida pelo querer e não querer do nosso livre arbítrio, o que é contra o Apóstolo e São Tomás (1ª-2ª, q. 112, art. 4). E assim, aquela questão não seria, como dizem os Santos e São Tomás acima, impenetrável.

Prova-se [a censura] também por aquele célebre testemunho do Apóstolo aos Romanos 9: "Não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus que usa de misericórdia". Explicando isso, Santo Anselmo, no livro *Sobre a Concórdia da Graça e do Livre Arbítrio*, questão 3, diz: "Houve, de fato, soberbos que julgaram que toda a eficácia consistia unicamente no livre arbítrio". E pouco depois, falando daqueles que se convertem a Deus e operam o bem, acrescenta: "Tudo deve ser imputado à graça, porque não é do que quer o querer, nem do que corre o correr, mas de Deus que usa de misericórdia". A todos, exceto unicamente a Deus, se diz: "Que tens tu que não tenhas recebido?". Com estas palavras, ensina abertamente que, pela graça especial de Deus, é justo o querer e reto o correr daquele que se converte; e que é contrário à doutrina do Apóstolo [dizer] que este queira converter-se por um dom de Deus que aquele que não se converte não recebeu; e não, antes, que um se converte unicamente por sua própria liberdade, como diz Molina, permanecendo os auxílios de Deus totalmente iguais.

3. Prova-se esta censura pelas razões e testemunhos da Escritura e dos Concílios que serão apresentados na censura das proposições 2, 3 e 4 de Molina, nas quais [a crítica] precedente é mais aprovada e confirmada.

Segunda Proposição de Molina

Com auxílios da parte de Deus, com os quais um é justificado e salvo, outro, por sua própria liberdade, nem é justificado, nem é salvo. E não se deve duvidar que muitos no inferno se lamentam por terem sido dotados por Deus com auxílios muito maiores para a salvação do que muitos que já gozam nos céus da visão sempiterna de Deus. Que estes, com auxílios maiores, não tenham sido predestinados e salvos, enquanto aqueles, com menores, tenham sido predestinados e salvos, não provém de outra fonte senão porque estes, por sua liberdade inata, não quiseram cooperar com os

auxílios de Deus para alcançar a salvação eterna; aqueles, porém, quiseram. Até aqui Molina, na *Concórdia*, q. 14, art. 13, Disputa 4, membro 9 e último, pág. 477.

Censura

Esta asserção é errônea, assim como a precedente, e está mais próxima da heresia dos pelagianos. E no que afirma que não provém de outra fonte senão da liberdade inata do arbítrio o fato de que um, com auxílios menores, seja justificado, predestinado e salvo, enquanto outro, com auxílios maiores, não o seja, atribui e reduz a predestinação e a salvação eterna à liberdade do nosso arbítrio, o que é pelagiano e contrário aos testemunhos do Apóstolo citados anteriormente. De fato, ambos os membros desta asserção [são errôneos], a saber, que a providência de Deus acerca dos eleitos, o fato de serem predestinados, provenha da liberdade inata do nosso arbítrio e de nenhuma outra fonte. Como consequência, seguir-se-ia que Deus não predestinou ninguém de modo absoluto e com vontade eficaz, o que se mostrará errôneo abaixo, na censura da proposição 7ª.

Além disso, a referida asserção atribui a Deus o auxílio suficiente, com o qual o homem pode operar bem e ser salvo; mas a operação atual e o bom uso desse auxílio, atribui ao nosso livre arbítrio, por sua liberdade inata, quando diz que "não provém de outra fonte senão da liberdade inata do mesmo arbítrio" o fato de que este, com auxílios suficientes menores, seja justificado e salvo. Ora, afirmar isso é o dogma expresso de Pelágio, como consta claramente daquelas palavras que Agostinho relata no livro 1 *Sobre a Graça de Cristo contra Pelágio e Celéstio*, capítulo 4. "Nós", diz Pelágio, "distinguimos estas três coisas e dividimos as palavras certas de Pelágio como que em ordem: em primeiro lugar, pomos o poder (posse); em segundo, o querer (velle); em terceiro, o ser (esse). O poder, situamos na natureza; o querer, no arbítrio; o ser, no efeito. Aquilo primeiro, isto é, o poder, pertence propriamente a Deus, que o concedeu à sua criatura. Os dois restantes, isto é, o querer e o ser, devem ser referidos ao homem, porque descendem da fonte do arbítrio. Portanto, na boa vontade e na boa obra está o louvor do homem; ou melhor, do homem e de Deus, que deu a possibilidade dessa mesma vontade e obra, e que sempre ajuda essa mesma possibilidade com o auxílio de sua graça. Por isso, de fato, o homem pode querer o bem e realizá-lo. Contudo, sem o auxílio de Deus, o homem pode existir, mas sem Ele não pode ter nem a boa vontade, nem a ação. Sem nenhum auxílio de Deus podemos ter uma boa obra? Isto é nosso. E naquela [capacidade] da natureza que chamamos poder, reside, não obstante, também a possibilidade do bem. E, se eu quiser, tornemos isto mais claro com um exemplo: que possamos ver com os olhos não é nosso; mas que vejamos bem ou mal, é nosso. E, geralmente, que possamos fazer, dizer e pensar todo o bem, é daquele que doou este poder, que ajuda este poder. Mas que de fato ajamos bem, ou falemos bem, ou pensemos bem, é nosso."

Comparem-se agora estas palavras de Pelágio: em que parecem diferir das palavras de Molina? Com efeito, Pelágio atribui a Deus o fato de que o homem possa operar bem atualmente com o auxílio suficiente de Deus; mas que o homem opere bem

atualmente com esse auxílio, deve ser referido ao homem, porque descende da fonte do arbítrio. Assim, e de modo semelhante, Molina, na referida asserção, atribui a Deus o auxílio sobrenatural suficiente, pelo qual o homem pode ser justificado e salvo, mas refere à exclusiva liberdade do arbítrio, na asserção que impugnamos, o fato de que ele opere atualmente por meio desse auxílio e seja salvo, quando diz que isso "não provém de outra fonte senão porque, por sua liberdade inata, este quer cooperar" com o auxílio suficiente. Portanto, para Molina, a operação atual depende da liberdade inata do arbítrio, assim como para Pelágio depende da fonte do arbítrio: o que é a mesma coisa.

Não vale a desculpa ou solução de que, embora Deus ajude aquele que se converte com um influxo especial de graça simultâneo e concomitante, a conversão atual a Deus deve ser referida também ao homem, ou melhor, principalmente a Deus como autor da graça. Esta solução não vale, pois Pelágio, além do auxílio suficiente que está no homem (o poder operar bem), postula ademais o concurso simultâneo de Deus, pelo qual "sempre ajuda com o auxílio de sua graça a própria possibilidade de operar o bem". Similarmente, Pelágio também admite que na obra boa há louvor tanto do homem quanto de Deus, porque [Deus] deu à criatura o poder de operar e ajuda esse poder para que opere bem atualmente. Não obstante, a própria conversão de fato a Deus e a obra boa pela qual o homem de fato se converte a Deus, Pelágio considera que dependem inteiramente da fonte do arbítrio. Logo, [coincide] o erro de Molina com Pelágio ao afirmar que "não provém de outra fonte senão da liberdade inata do arbítrio" o fato de que este opere bem, se converta e seja salvo com auxílios menores de Deus (suficientes, que dão ao homem o poder de operar bem), enquanto outro, com auxílios maiores, se condene. Pois, se proviesse de um influxo especial de Deus o fato de que este se convertesse e salvasse com auxílios menores, já proviria de outra fonte que não a inata e exclusiva liberdade do arbítrio.

Ademais, a predita asserção remove e nega o Dom da perseverança, o que é errôneo. Prova-se: porque se não provém de outra fonte, senão da liberdade inata de seu arbítrio, o fato de que este se salve com auxílios menores, segue-se que não provém do dom especial da perseverança conferido por Deus àquele que se salva, e não ao outro que se condena. E assim, não provém de outra fonte senão da liberdade do arbítrio. Logo, não provém do Dom da perseverança, pois se proviesse do Dom da perseverança, já proviria de outra fonte. Ou então, Molina tem que admitir que aquele que, com auxílios maiores, foi condenado, teve de fato o dom da perseverança, o que novamente é errôneo. Com efeito, segundo a fé Católica, quem quer que tenha de fato o dom da perseverança, infalivelmente se salva, como se depreende daquele [texto] de Mateus 10: "aquele que perseverar até o fim, esse será salvo", e da Definição do Concílio de Trento, sessão 6, cânone 22: "Se alguém disser que o justificado pode perseverar na justiça recebida sem um especial Dom de Deus, ou que com ele não pode, seja anátema".

Terceira Proposição de Molina

É um erro afirmar que existe um auxílio eficaz que tenha eficácia a partir do modo da moção divina e do próprio Deus. [Isto é uma] Calúnia. Isso não pode ser sustentado sem ferir a fé, pois de outro modo a liberdade do nosso arbítrio não seria salva. Isto é concedido na *Concórdia*, q. 14, art. 13, disputa 52, membro 6, e [em] algumas [páginas], pág. 511.

Proposição do mesmo [autor], que explica melhor a precedente

A divisão do auxílio em auxílio suficiente e auxílio eficaz (ou ineficaz) não deve ser tomada da qualidade ou modo intrínseco da moção divina, mas do efeito que depende simultaneamente da liberdade do arbítrio. E aquele auxílio suficiente, seja ele maior ou menor em si mesmo, diz-se eficaz quando o livre arbítrio, por sua liberdade, se converte com ele, embora pudesse, pela mesma liberdade, não se converter. Aquele [auxílio], porém, diz-se ineficaz quando o arbítrio, pela mesma liberdade, não se converte com ele, embora estivesse em seu poder converter-se. Daí resulta que, no lugar do seu auxílio da graça preveniente e adjuvante, que são conferidos pela lei ordinária, a eficácia ou ineficácia para a conversão ou cooperação do nosso arbítrio com eles, e, portanto, está em nosso livre poder ou tornar aqueles [auxílios] eficazes, consentindo e cooperando com eles nos atos pelos quais somos dispostos para a justiça, ou torná-los ineficazes, retendo o consentimento ou elicitando [um ato] contrário ou diverso. Molina apresenta esta proposição na *Concórdia*, q. 14, art. 13, Disp. 50, e por toda parte, pág. 292.

Censura das duas proposições preditas

No que afirmam que não existe nenhum auxílio que, tal como vem de Deus, seja eficaz para converter o pecador a Deus ou para agir bem, mas que o auxílio de Deus recebe sua eficácia do efeito, porque nosso arbítrio, por sua liberdade, opera bem com ele: [estas proposições] são errôneas e evocam resquícios da heresia pelagiana.

Prova-se esta censura a partir do Segundo Concílio de Orange, cânone 4, onde se lê: "Se alguém sustenta que Deus espera a nossa vontade para que sejamos purificados dos pecados, e não confessa que também o nosso querer ser purificados se faz em nós pela infusão e operação do Espírito Santo, resiste ao próprio Espírito Santo que diz por Salomão: 'A vontade é preparada pelo Senhor'; e ao Apóstolo que salutarmente prega: 'Deus é quem opera em nós tanto o querer quanto o perfazer, segundo a sua boa vontade'". O mesmo se encontra no cânone 6 ou 7.

Portanto, se nenhum auxílio, tal como vem de Deus, é eficaz, mas, como ensina Molina, Deus dá ao homem apenas um auxílio suficiente, e o homem, por sua livre liberdade, torna-o eficaz, operando diligentemente com ele, segue-se que Deus não prepara a nossa vontade para que queiramos ser purificados, nem a move pela infusão e operação do Espírito Santo, o que é contra a definição do Concílio e evoca

os resquícios da heresia pelagiana, que sustentava que a natureza humana podia, por sua própria liberdade, preparar-se para Deus.

Ademais, prova-se a partir do mesmo Concílio, cânone 6, onde assim se define: "Se alguém afirma que não é dom da graça que obedeçamos e aquiesçamos humildemente à pregação salutar, resiste ao Apóstolo que diz: 'Que tens tu que não tenhas recebido?' e 'Pela graça de Deus sou o que sou'". Ora, Molina, na segunda asserção que impugnamos, nega [e] submete o auxílio da graça à obediência e humildade humanas, quando afirma que o auxílio e adjutório de Deus é eficaz, não porque, ao proceder de Deus, traga consigo a eficácia para converter o livre arbítrio a Deus, mas porque o próprio arbítrio, por sua liberdade, obedecendo e humilhando-se, se converte a Deus, e assim tornou eficaz o auxílio de Deus que nele era apenas suficiente em si mesmo. Ora, isto é submeter o auxílio de Deus à humildade e obediência humanas, o que é contra o Concílio. Confirma[-se], pois o Concílio define que o próprio ato pelo qual [alguém] atual e obedientemente, humilde e diligentemente opera com o auxílio de Deus, é dom de Deus. Mas Molina afirma que este ato, pelo qual o pecador atualmente obedece ao Espírito Santo que o chama e se converte a Deus, provém do homem e de sua livre liberdade, e de nenhuma outra fonte. Logo, segundo Molina, não é dom de Deus; logo, [o auxílio] não é eficaz, se [o homem] eficazmente o converte. Portanto, segundo a definição do Concílio, existe algum adjutório de Deus que, tal como vem de Deus, é eficaz para converter o homem a Deus.

Ademais, no cânone 20 do mesmo Concílio, assim se define: "Muitos bens se fazem no homem que o homem não faz; mas nenhum bem faz o homem que Deus não preste [a ajuda] para que o homem o faça". Logo, segundo o Concílio, é Deus quem presta e efetua, e [o faz] suavemente, que o homem opere o ato bom pelo qual se converte a Deus e pelo qual se dispõe para a graça. Não vale a resposta dos adversários de que Deus faz fazer as boas obras que o homem faz (e precipuamente aquelas pelas quais se predispõe para a primeira graça) porque lhe confere o auxílio sobrenatural suficiente, do qual, se o homem por sua liberdade fizer bom uso, imediatamente Deus está presente conferindo-lhe um segundo influxo de graça preveniente. Pois isto é incidir no erro de Pelágio, como se depreende das censuras às proposições 1 e 2 apresentadas. De resto, se o homem fizesse bom uso dos auxílios suficientes, [isso] não proviria unicamente da vontade inata, mas de um dom especial da graça de Deus.

Ademais, prova-se a partir do Concílio de Trento, sessão 6, sobre a justificação, capítulo 5, onde se lê: "'Convertei-vos a mim, e eu me converterei a vós'. Somos advertidos sobre a liberdade do nosso arbítrio. Quando respondemos: 'Converte-nos, Senhor, a ti, e nos converteremos', confessamos que somos prevenidos pela graça de Deus". Com estas palavras, o Concílio ensina que somos prevenidos pela graça de Deus não apenas para que *possamos* nos converter, mas também para que *de fato* nos convertamos. Aquela palavra "converte-nos" denota a eficácia do auxílio divino,

do qual o pecador recebe o converter-se. É errôneo, e afirmar que o auxílio de Deus recebe a eficácia do nosso arbítrio é quase blasfemo.

Finalmente, prova-se nossa Censura por aquele [texto] aos Romanos 4: "Por isso, [vem] da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que a promessa seja firme". Sobre este lugar, Santo Agostinho, no livro *Sobre a Predestinação dos Santos*, capítulo 10, explicando aquilo de Gênesis 17 ("A promessa feita a Abraão por Deus: 'Eu te constituí pai de muitas nações'"), diz assim: "Entendemos que isto foi feito não segundo o poder da vontade, mas segundo a promessa da predestinação de Deus. Pois diz: 'Eu te dei por pai', que é 'eu te constituí'. Foi feita, porém, esta promessa da predestinação, que Deus [anunciou] o que Ele mesmo faria, não o que os homens [fariam]. Pois Aquele que faz com que eles façam quaisquer bens que pertencem ao culto de Deus, Ele mesmo faz com que façam o que prometeu. De outro modo, para que as promessas de Deus se cumprissem, estaria não no poder de Deus, mas dos homens; e o que fora por Ele prometido aos gentios crentes seria exigido de Abraão". Até aqui Santo Agostinho. [E sobre] Ezequiel 36, as palavras de Deus, que Deus diz pelo Profeta: "Farei que andeis nos meus preceitos, e guardeis os meus juízos, e os observeis" – Santo Agostinho sustenta, nas palavras citadas, [que] a comparação [mostra] que o auxílio que vem de Deus é eficaz para fazer com que os homens façam o que Deus preceituou ou prometeu. De outro modo, a promessa de Deus não seria firme a partir da própria graça e Dom Divino, como diz o Apóstolo, mas da liberdade humana, que, como diz Molina, torna eficaz o auxílio suficiente de Deus, pelo fato de que [o homem], por sua liberdade inata, quis [cooperar], operando diligentemente com ele pela mesma liberdade inata.

Ademais, prova-se [a censura] por testemunhos dos Santos, que abertamente afirmam existir um auxílio de Deus que em si mesmo é eficaz para converter a vontade humana a agir bem. Isto nos ensina Jerônimo(?) sobre Provérbios, capítulo 20 [Provérbios 21:1]: onde diz assim: "A vontade do marido [rei?] do homem está assim na mão de Deus, como as divisões das águas; para onde quer que Ele queira, a inclina". E [Agostinho] no livro *Sobre a Correção e a Graça*, capítulo 14, diz: "Deus, das lenhas dos homens, faz o que quer". E no livro *Sobre a Predestinação dos Santos*, capítulo 8, afirma que a fé é dom de Deus, e, de fato, um dom da graça eficaz, que por nenhum coração duro é rejeitado. Veja Molina se este auxílio de Deus mencionado tem a eficácia de converter o homem a Deus a partir do homem e do bom uso daquele [auxílio], ou antes, a partir do próprio Deus. Pois o Santo Doutor não diz que o homem faz a vontade e o fazer para que opere bem. Santo Agostinho afirma isso contra Pelágio, capítulo 7 do livro 1 *Sobre a Graça e o Livre Arbítrio*, capítulo 16: "[É] do poder de Deus incliná-la [a vontade] para onde quiser, e como quiser, e quando quiser, e convertê-la". E abaixo ensina como Deus, seja tirando o coração de pedra e duro, e dando um coração de carne, a preparou para agir bem – preparação esta que nós chamamos auxílio eficaz de Deus, e que ele chama graça operante, quando indaga naquele capítulo, c. 17: "Não contendemos, portanto, sobre a graça de Deus pela qual a vontade do homem é preparada, mas perguntamos se, já ajudada, age de tal modo que esteja em seu poder operar bem, ou se também sem o

auxílio da graça pode agir bem". Vê-se Agostinho afirmar que o livre arbítrio torna eficaz a graça, o auxílio operante de Deus, nos atos sobrenaturais?

Anselmo, no livro *Sobre a Concórdia da Graça e do Livre Arbítrio*, capítulo 4, e em outros lugares frequentemente, confirma o mesmo. Diz assim: "Houve, de fato, soberbos que julgaram que toda a eficácia da graça consistia unicamente na liberdade do arbítrio". E contra eles, Santo Anselmo prova que a graça de Deus dá eficácia ao nosso livre arbítrio, e não que a arte livre [livre arbítrio] dê eficácia ao auxílio de Deus.

O mesmo confirma São Tomás com testemunhos claríssimos. Pois na 1ª-2ª, q. 109, art. 9, diz que um efeito da graça é que [o homem] opere eficazmente os bens que quer. E na q. 111, art. 2, [diz que] é dado um auxílio da graça que move para agir bem, e move eficazmente, e este auxílio é chamado graça operante. E na q. 113, art. 7, diz que Deus move a vontade para o bem, e, contudo, a vontade se move livremente, porque Deus opera em cada um segundo a sua propriedade. Na 1ª parte, q. 19, art. 8, diz que a vontade de Deus não impõe necessidade, o que acontece devido à eficácia da vontade divina, pois [Deus] não só quer aquilo que acontece, mas [quer] que aconteça ou seja evitado *daquele modo*. Portanto, como a vontade de Deus é eficacíssima, segue-se que não só acontecem as coisas que Deus quer que aconteçam, mas que aconteçam do modo como Ele quer que aconteçam. Ora, Deus quer que certas ações aconteçam contingentemente e livremente. E assim, da eficácia da vontade divina [essas ações] recebem tanto o acontecer, quanto o acontecer livre e contingentemente. Até aqui São Tomás. Vê-se São Tomás admitir que da eficácia da vontade divina nosso arbítrio recebe a eficácia para operar livremente suas ações, e não, antes, que nosso livre arbítrio O torne eficaz, como parece dizer Molina, mas que [Deus] move o próprio arbítrio eficazmente para que opere livremente suas obras? O mesmo ensina na 1ª parte, q. 105, art. 4.

São Cirilo, no livro 10 do *Tesouro*, capítulo 4, e [em] *Sobre a Verdade*, com palavras expressas, distingue e concede um duplo auxílio de Deus: um suficiente e ineficaz, outro verdadeiramente eficaz, do modo como a escola dos Teólogos o estabelece e defende contra Molina. Assim, de fato, diz São Cirilo: "Deus não só nos estimula com palavras e introduz exortações na mente para que nos afastemos dos pecados, mas Deus, Salvador de todos, nos exibe e manifesta tanta benignidade que ajuda com subsídio eficaz, segundo aquilo que está escrito: 'Tomaste a minha mão direita e no teu conselho me guiaste'. Pois, como a natureza do homem não é suficientemente idônea para poder fugir do mal, Deus utiliza um duplo benefício: por um lado, de fato, oferece e persuade com admoestações; por outro, para que encontremos auxílio, oferece-o mais forte do que o próprio mal, [tão forte] que possa esmagar o sentido [mau] e violento". Até aqui Cirilo. Com estas palavras, ensina abertamente que devem ser contidos [distinguidos?] o auxílio suficiente, que é dado ao homem para que possa fugir do mal, e outro auxílio eficaz, que São Cirilo chama "subsídio mais forte de Deus", que é dado ao homem para que opere bem eficazmente e fuja do mal,

para que não seja enganado pelo mal. Como, então, diz Molina que não existe nenhum auxílio que, tal como vem de Deus, seja eficaz?

Ademais, prova-se a mesma censura a partir das orações da Igreja, pelas quais pede a Deus que lhe conceda misericordiosamente o auxílio eficaz com o qual de fato opere bem e sirva a Deus. O que se evidencia naquela oração comum: "Inspirai, Senhor, as nossas ações e acompanhai-as com vosso auxílio, para que toda a nossa operação sempre comece em Vós e por Vós iniciada termine". E de outra oração, do Domingo 6 depois da Oitava da Trindade: "Ó Deus das virtudes, de quem é tudo o que é ótimo, infundi em nossos peitos o amor do vosso nome e concedei em nós o aumento da Religião, para que nutrais o que é bom". Igualmente, na oração do Domingo 22: "Ó Deus, nosso refúgio e fortaleza, assisti às piedosas preces da vossa Igreja, Vós mesmo autor da piedade, e concedei que o que fielmente pedimos, eficazmente consigamos". Destas palavras das Orações colhe-se um argumento válido: pois, se tudo o que é ótimo, como a caridade, a fé, a esperança e as outras virtudes, pelas quais o livre arbítrio de fato opera bem, são de Deus, e de Deus procede [a operação] - Confirma-se: se o homem, por sua liberdade, torna eficaz o auxílio que em si é suficiente, por que pede a Ele que por Ele opere eficazmente? Este argumento é urgido por Santo Agostinho no livro *Sobre o Bem da Perseverança*, capítulos 22 e 23, contra aqueles que afirmavam que a boa operação atual e a boa perseverança procedem da liberdade inata, como diz Molina. Assim diz Agostinho: "Absolutamente nesta questão não agucem suas disputas e se enganem a si mesmos, mas observem as suas orações: oram para que os incrédulos creiam, o que nada mais é do que [pedir] que Deus os converta à fé; oram para que os fiéis perseverem, o que nada mais é do que [pedir] que Deus lhes dê a perseverança até o fim". Logo, se a perseverança e a eficácia que o livre arbítrio tem ao operar não procedem do mesmo auxílio de Deus, ou seja, do dom da perseverança, mas unicamente da liberdade, superfluamente pediriam aquilo a Deus, para que misericordiosamente concedesse tal bem, que já teriam por si mesmos.

Finalmente, prova-se por aquele [texto] de 2 Coríntios 3: "Não que sejamos capazes, por nós mesmos, de pensar alguma coisa, como que partindo de nós, mas a nossa capacidade vem de Deus". Logo, com maior razão (*a fortiori*), a eficácia que o livre arbítrio tem na operação sobrenatural atual, pela qual se dispõe para a graça, vem de Deus. E aquilo que é mais excelente nas operações sobrenaturais não será atribuído unicamente à liberdade inata, e não, antes, a um dom especial de Deus, o que é pelagiano.

Quarta Proposição de Molina

Acerca da ciência média de Deus – entre a ciência natural e a ciência livre –, que o mesmo Molina confessa ter ele mesmo descoberto para conciliar a liberdade do

nosso arbítrio com a presciência e predestinação divinas, [Molina] concede muitas coisas perigosas e dignas de censura.

Diz 1º: Na ciência de Deus, devemos distinguir entre a ciência meramente natural, [e] outra meramente livre, pela qual Deus, após o ato livre de sua vontade e postas todas as hipóteses ou condições de todos os contingentes que não dependem de sua vontade, de algum modo absoluto conheceu absolutamente e determinadamente o evento futuro de todas as complexões de todos os contingentes que haveriam de acontecer; e outra ciência média, pela qual, por altíssima e inescrutável compreensão de cada livre arbítrio em sua essência, intuiu o que [este], por sua liberdade inata, faria se fosse colocado nesta ou naquela ou em infinitas ordens de coisas, embora pudesse, se quisesse, fazer o oposto. Assim Molina na *Concórdia*, questão 14, art. 19 [leia-se art. 13], disp. 52 e seguintes. Acerca desta ciência média, pág. 329.

Diz 2º: Igualmente, a ciência média de Deus de modo algum deve ser chamada livre, tanto porque não pressupõe um ato da vontade divina, quanto porque não esteve no poder de Deus saber o futuro condicionado diferente do que de fato soube. Nem deve ser chamada natural naquele sentido, como se fosse tão inata a Deus que não pudesse não saber o oposto daquilo que, contudo, sabia [que aconteceria] se o livre arbítrio criado tivesse agido de modo oposto.

Diz 3º: Por isso, não é mais inato a Deus saber o teor condicionado de uma parte da contradição dependente do arbítrio criado, do que [saber] a oposta.

Diz 4º: Aquela ciência média de Deus em parte tem a condição de ciência natural, em parte tem a condição de ciência livre, na medida em que o ser [referente a] uma parte da contradição em vez da outra, provém do fato de que o livre arbítrio, sob a hipótese de ser estabelecido em uma ou outra ordem de coisas, faria antes uma coisa do que a outra, embora pudesse indiferentemente fazer [a outra] não de outro modo.

Todas estas coisas Molina apresenta no lugar citado acima e em lugares próximos.

Censura do primeiro dito

[Esta] asserção não carece de grande arrogância e injúria aos Doutores e Santos, e a quase todos os Escolásticos. Pois o autor, Molina, atribui a si mesmo um caminho novo e legítimo para conciliar a liberdade do nosso arbítrio com os dons da graça, a presciência e a predestinação divinas, caminho este que até agora não fora explorado por nenhum dos Santos, Doutores ou Escolásticos. Pelo contrário, afirma que nenhuma concórdia perfeita fora até então explicada pelos doutores, embora nisto alguns se aproximassem da verdade (na q. 14, art. 13, disp. 52, membro último, e no fim daquele livro, *De Credendis*, fol. 407). Diz, pois, Molina que, por causa da sentença de Agostinho acerca da predestinação, os massilienses [semi-pelagianos] e muitos homens foram perturbados, e em nossa [obra?], pág. 207, acrescenta estas palavras: "E se a doutrina da predestinação, que em novos lugares transmiti e expliquei, sempre tivesse sido explorada, talvez nem a heresia pelagiana tivesse

surgido, nem a luterana tão impudentemente tivesse ousado negar a liberdade do nosso arbítrio, nem por causa desta concórdia do livre arbítrio, da predestinação e da explicação dos dons da graça tantos fiéis tivessem sido perturbados pelos pelagianos, e as relíquias dos pelagianos na Gália tivessem sido extintas". Até aqui Molina.

Suspendam [o juízo], por amor de Deus, os Censores da fé, e julguem se era preciso esperar a doutrina do Doutor Molina para que a concórdia fosse bem explicada, e para que, a partir da opinião de Agostinho, a disputa na Gália não tivesse ocorrido. Ou talvez seja antes de se estimar que, se Agostinho tivesse esperado por Molina para explicar esta concórdia, Deus [não?] teria explicado suficientemente o que foi transmitido pela Sagrada Escritura e pelos Concílios, pelas histórias antigas e, principalmente, por Santo Agostinho e São Tomás?

Ademais, esta nova ciência média, excogitada por Molina e por seus Defensores – o que é blasfemo e absurdo – põe um defeito na providência divina ao criar a boa obra de qualquer criatura, o que é contra a doutrina dos católicos.

Afirmar, porém, como afirma Molina, que por causa da opinião de Agostinho e de suas contendas com os pelagianos, muitos homens doutos na Gália foram perturbados, e que por causa dessa mesma doutrina de Agostinho as relíquias da heresia pelagiana na Gália não foram extintas até hoje, infere grande injúria, para não dizer blasfêmia, ao Doutor da Igreja até aqui; e a todos os doutores, todos os Teólogos que, sem aquela ciência média, explicaram a concórdia do livre arbítrio com a graça divina, a predestinação e a presciência [em] Defesa de Santo Agostinho, São Tomás e outros. Quem presume que nesta parte [eles] alucinaram, com muito melhor direito – na questão em que Molina tão insolentemente eructa – poderia ser dito do mesmo Molina que sua alucinação na magnitude deste Mistério e sua nova concórdia foram causa de não pequena turbação em quase toda a Espanha, Portugal, e oxalá não traga maiores inconvenientes na Igreja de Deus.

Quanto ao fato de que os pelagianos e luteranos teriam se aquietado se lhes tivesse sido dado e explicado o novo modo de concórdia por Molina, talvez seja porque aquele modo favorece tanto aos pelagianos quanto aos luteranos: a ambos, porque atribui ao livre arbítrio dado a si [próprio] por sua liberdade inata; aos luteranos, porém, porque destrói a predestinação absoluta. Nasce aquilo: Destrói, pois, o livre arbítrio que não está sujeito à Onipotência divina e à sua moção eficaz, o livre arbítrio das causas segundas. Aos pelagianos, porém, o novo modo de concórdia de Molina favorece, deduzo disto: pois Pelágio e Lutero, a partir dos mesmos princípios, caminho e mesmo discurso, chegaram a erros contrários, estimando ser evidente esta consequência: se Deus, por sua providência e predestinação eficaz e absoluta, prescreveu e predestinou certos homens querentes, [então] o que acontece nos atos humanos acontece por necessidade e não por liberdade. Mas Pelágio, para salvar a liberdade do arbítrio, nega a predestinação e a eficácia do auxílio divino. Lutero, porém, em contrapartida, nega a liberdade do arbítrio. Molina, por sua vez, para salvar a liberdade, nega a predestinação absoluta de Deus, como ficará patente na

[crítica à] imposição 7ª, e nega a eficácia do auxílio divino. Nós, porém, retemos tanto a liberdade do arbítrio quanto a eficácia do auxílio divino, e concedemos a predestinação absoluta salva com aquela [liberdade].

Censura do segundo e terceiro ditos

O dito de sua mesma asserção envolve manifesta repugnância consigo mesmo e com a doutrina do mesmo Molina. Pois primeiro afirma que a ciência média de Deus "de modo algum deve ser chamada livre", e depois, na mesma página, acrescenta que "Ela em parte tem a condição de ciência natural, e em parte tem a condição de ciência livre". Estas duas [afirmações] se contradizem mutuamente, pois se de modo algum aquela ciência é livre, não pode em parte ter a razão de livre e em parte de natural, mas é meramente natural. Pois a ciência que em parte é livre tem alguma razão para ser chamada livre.

Ademais, contradiz a doutrina do mesmo Molina no dito 4º [leia-se dito 2º], onde ensina que "não esteve no poder de Deus saber por essa ciência algo diferente do que de fato soube". O que é manifestamente falso segundo a doutrina do mesmo Molina no dito 3º, onde ensina que "não é mais inato a Deus saber por aquela ciência esta parte da contradição do que a oposta". Se, portanto, está no poder do nosso livre arbítrio fazer algo diferente daquilo que fez, e se está no poder do nosso livre arbítrio fazer outra coisa, acontece [segue-se] que esteve no poder de Deus saber outra coisa. É necessário, portanto, também admitir que esteve no poder de Deus saber outra coisa.

Reverte-se o argumento: pois, se aquela ciência média de Deus tivesse sua certeza do fato de que o livre arbítrio do homem operaria antes uma coisa do que a oposta em tal ou tal ordem de coisas, seguir-se-ia que a ciência de Deus teria sua certeza a partir de alguma causa extrínseca e posterior [a si mesma], e [não] por si [mesma ou por] seu objeto, que é a própria essência divina. Afirmar isto em teologia é blasfemo.

Defender ingenuamente a sentença que Crisóstomo ensina na referida Homilia. Logo, se Molina [reconhece] a sentença de Crisóstomo naquele lugar como pelagiana, consequentemente condena a sua própria como pelagiana.

Engano em outra alegação. Molina utiliza, para sua defesa, [um engano], no qual se deduz que ele usa de dolo e ardil, pelo fato de alegar a sentença de Sisto de Sena, na anotação 248 do livro 6 da Biblioteca. Pois Sisto de Sena estabelece aí duas sentenças acerca da predestinação: uma de seu Preceptor Ambrósio Catarino, a qual o mesmo Sisto rejeita como nova e ofensiva aos ouvidos pios (Catarino, porém, afirmava que, exceto a Virgem Mãe de Deus e os Apóstolos, a restante multidão do gênero humano que é predestinada por Deus, não é predestinada por Decreto fixo e imutável, mas sob certa condição mutável do bom uso do livre-arbítrio, ou pelo menos não quis [afirmar o decreto fixo]); a outra, porém, que o mesmo Sisto segue, [é] a verdadeira e católica, que é a mesma que Santo Agostinho, Santo Tomás e nós defendemos. Agora, porém, Molina apresenta a seu favor a sentença que Sisto reprova e rejeita, e oculta

aquela que ele segue resolutamente, que é a mesma que a sentença dos adversários. Pois, do mesmo modo, alguém poderia sustentar a sentença de Maniqueu, alegando Agostinho e ocultando a sentença daquele [Agostinho] que ele [Agostinho] defendeu enquanto era Maniqueu, o que certamente seria uma audácia intolerável.

Com outro engano e com aquele intolerável ardil e dolo, Molina age ao apresentar a seu favor o Doutor Driedo? Pois alega Driedo no livro 'Sobre a Concórdia da Predestinação', citando o lugar em que Driedo procede argumentando contra a verdadeira concórdia do livre-arbítrio com a predestinação e a graça, e oculta a sua resolução. Com efeito, no capítulo 4 do mesmo livro, onde apresenta sua resolução, sustenta a sentença contrária, expressamente a nossa, e condena a nova doutrina de Molina, como fica claro pelos trechos daquele [autor] que apresentaremos abaixo.

Ao responder às passagens dos escolásticos, do mesmo modo Molina poderia ter alegado Santo Tomás nos argumentos que [Tomás] propõe no princípio do artigo, quando diz: "pareceria que Deus não é trino e uno", e afirmar que Santo Tomás sustenta que Deus não é trino e uno, o que certamente seria uma enorme injúria contra o santo Doutor. Outras coisas dignas de nota vêm à tona nessas alegações, as quais todas serão anotadas na resposta às passagens dos Doutores; quase todas são falsamente alegadas por Molina, de modo que não ensinam aquilo que Molina diz que eles ensinam, nem apresentam palavra alguma que, ao menos provável ou aparentemente, possa ser trazida em seu favor; pelo contrário, muitíssimos deles sustentam expressamente a nossa sentença, ou ao menos deles se deduz a nossa sentença por consequência evidente ou probabilíssima, [sentença] que afirmamos contra Molina, a saber, que é dado um auxílio eficaz de Deus e premonente [ou talvez: premovente] à nossa vontade, especialmente para os atos sobrenaturais, principalmente naqueles pelos quais nos dispomos à justificação, como estamos prestes a mostrar.

[Molina alega:] Simplício apenas diz que o homem é dotado de livre-arbítrio. [Molina alega:] O mesmo Agostinho, do livro 13 de 'A Cidade de Deus', cap. 14; livro 13, cap. 14, sobre o pecado do pai Adão; cap. 15 se refere a Nabucodonosor, 23, q. 4. Veja Agostinho, 23, q. 24. [Molina alega:] Jerônimo. [Molina alega:] C. Vicente. [Molina alega:] D. Jerônimo, 'Contra os Pelagianos', um pouco depois do meio. [Molina alega:] Damasceno, 'Da Fé Ortodoxa', cap. 14 e o mesmo sobre o mesmo [assunto], cap. 17, e aquilo do Êxodo: "Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia e me compadecerei de quem eu me compadecer", e aquilo de Romanos 9; Malaquias 1. [Molina alega:] Jerônimo sobre o cap. 1 de Malaquias; sobre Gálatas 1; Epístola aos Efésios, cap. 1 e 26; cap. 26 "Se, pois, sobre a penitência", Dist. 2, glosa ali. [Molina alega:] D. Sustenta Ambrósio (?) 'Sobre a Vocação dos Gentios', cap. 9, e sobre aquilo de Romanos 9: "Estes que não foram chamados por causa das obras são santificados". [Molina alega:] E. Sustenta Santo Crisóstomo, Homilia 12 sobre a Epístola aos Hebreus, no início do capítulo moral; e Homilia 43 sobre a mesma epístola; e Homilia 11 sobre João; e Homilia 16 sobre o cap. 9 de Romanos, "Amei

Jacó"; Homilia 1 e 2 sobre a Epístola aos Efésios; tomo (?) 96 sobre João; e Homilia 3.

Em resposta a C e D: Jerônimo, em todas essas passagens, nada diz sobre a predeterminação física ou moral que favoreça Molina; pelo contrário, no livro 3 contra os Pelagianos, col. 4 e 5, nos favorece. "Por acaso eu suprimo o livre-arbítrio? Eu que, na minha dispu tação, nada mais fiz senão conservar para mim a onipotência de Deus em suas obras." E na Epístola aos Gálatas, cap. 1 e 2, também nos favorece; pois assim diz: "Aquele que me segregou desde o ventre por presciência, como sei o que aqui acontecerá?" Nas outras passagens, apenas ensina que o homem é dotado de livre-arbítrio.

Sobre Vicente, portanto, tudo o que não se deduz contra Molina, é alegado no mesmo lugar [por Molina].

Santo Ambrósio, antes, nos favorece muito na Homilia 15 sobre a Epístola aos Romanos, onde diz: "Porventura devemos temer parecer suprimir o livre-arbítrio, quando dissemos que a graça de Deus, que se antepõe às nossas [obras?] ou ao próprio [verdadeiro bem?], deve ser considerada suficiente?" O que de modo algum se mostra ser consequente com a verdade. Pois, operando a graça de Deus, de modo algum o arbítrio é impedido nem suprimido. E no livro 2 'Sobre a Vocação dos Gentios', cap. 9, assim diz: "para que, habitando nos corações dos crentes, fizesse isto: que cressem; isto opera: que quisessem. E por acaso não tiveram isto, se não se ofereceram à sua fé e vontade?" E um pouco abaixo, onde diz: "aqueles que Deus quis, Ele os faz querer; há aqueles a quem já concede o querer de tal modo que lhes tira aquela mutabilidade pela qual poderiam não querer."

Em resposta a E: O próprio Molina admite [o que diz] Crisóstomo naquela Homilia 12 contra Pelágio, como dissemos acima? Como o alega a seu modo? Na Homilia 43 sobre a mesma epístola falta a Crisóstomo [aquilo] que se desejava [encontrar?] na Homilia 12. Na Homilia 16 sobre João, nada diz relevante ao propósito de Molina, exceto que Deus busca no homem a nobreza da vontade. Na Homilia 1 sobre a Epístola aos Efésios, expressamente nos favorece. Pois diz na coluna 2: "Se todas as coisas foram dispostas e predefinidas por sorte divina..."

[Molina alega:] Sustenta Damasceno no 'Diálogo contra os Maniqueus', fólio 170, pág. 1, e no livro 4 'Da Fé Ortodoxa', cap. 19 e 24. [Nesses lugares, Damasceno afirma:] [Não especificado no texto original, refutação ausente]

[Molina alega:] G. Sustenta Santo Anselmo no livro 'Sobre o Livre-Arbítrio', cap. 4, e no livro 'Sobre a Filosofia', e no livro 'Sobre as Beatitudes', explicando aquilo: "Bendito seja Deus, Pai das misericórdias..."

[Molina alega:] Sustenta Santo Cirilo Alexandrino nos livros 7 e 4 sobre João e no livro 8 'Contra Juliano', no final e nas [passagens] seguintes.

[Molina alega:] M. Sustenta Dionísio Areopagita no cap. 4 'Sobre os Nomes Divinos', no final, e no cap. 8 'Sobre a Hierarquia Celeste'.

Em resposta a isto [provavelmente sobre Gregório Nisseno, cuja alegação não foi explicitada]: Falsamente se alega Gregório Nisseno a favor de Molina, pois em todas as passagens citadas, ele apenas diz que [Deus] fez o homem com livre-arbítrio e que está em seu poder fazer o bem que faz. Mas não entende [isso] sem o auxílio especial da graça, especialmente nos atos sobrenaturais. Antes, [Gregório] é contra Molina; pois ensina que as coisas singulares, por menores que sejam, estão submetidas ao governo divino da providência.

Em resposta a isto [sobre Santo Cirilo]: H. Falsamente se alega Santo Cirilo a favor de Molina, pois no livro 7 sobre João, apenas diz que o homem tem livre-arbítrio e que crê não por força, mas por persuasão; mas nada tem a ver com o propósito de Molina. Em outras passagens, apenas ensina que o homem escolhe o bem e o mal espontaneamente e não coagido, e que se Deus, pela força da virtude e eficácia Divina, mudasse a mente de cada um e [eles agissem] não espontaneamente, não seria fruto da mente nem digno de louvor. E isto se encontra no livro 8 'Contra Juliano', no final.

Em resposta a isto [sobre M. Dionísio]: M. Sem qualquer fundamento se alega Santo Dionísio Areopagita a favor de Molina, pois em ambos os lugares apenas ensina que a presciência e a providência de Deus não nos coagem ao bem ou ao mal. Pelo contrário, no cap. 4 'Sobre os Nomes Divinos', lição 11, segundo Santo Tomás, nos favorece, pois diz que Deus é causa do amor em nós, como emissor e progenitor.

[Molina alega:] N. Sustenta João Cassiano no livro 13 'Contra Valentiniano (?)', Colação 13. Similarmente também que todas as coisas são predefinidas por Deus e pré-ordenadas e dispostas mesmo antes que aconteçam, desde a mínima. Em resposta a isto [sobre N. João Cassiano]: N. Falsamente se alega João Cassiano a favor de Molina; pois no livro 13, col. 13, ensina expressamente que todas as coisas são... [Refutação incompleta no original]. Nas passagens citadas por Molina, apenas ensina que [Deus] criou o homem com livre-arbítrio.

[Molina alega:] O. Sustenta Fulgêncio na Epístola 4 a Mônimo. Em resposta a isto [sobre O. Fulgêncio]: E expressamente contra Molina sustenta Santo Fulgêncio no lugar citado, na Epístola 5 ao mesmo [Mônimo], e no livro 1 'Sobre a Predestinação', cap. 15 e 18, e no livro 1 a Trasmundo, cap. 21, 22 e 23, e no livro 2, cap. 5, e no livro 3, cap. 3 e 4.

[Molina alega:] P. Sustenta Santo Hilário sobre o Salmo 2, col. 1, e sobre o Salmo 118, no final.

[Molina alega:] Q. Sustenta Cipriano; Santo Atanásio no livro 'Sobre a Encarnação do Verbo'; Ambrósio no livro 1 'Sobre Jacó', cap. 6, e no livro 'Sobre o Paraíso', cap. 1 e

15; Anastásio Niceno, q. 59 sobre a Escritura, e se encontra no tomo 6 da Biblioteca, fólio 723; e Celestino, Epístola 1 aos Bispos da Gália; Bispo Constâncio.

[Molina alega:] R. Sustenta Arnóbio sobre o Salmo 17 e 50 e sobre aquilo: "Aquele que não quis a bênção..."

[Molina alega:] S. Sustenta Beda sobre o Salmo 115 e sobre aquilo de Lucas 19: "Aquele que não quis reinar sobre nós".

[Molina alega:] T. Sustenta Hilário sobre o Salmo 118 e sobre aquilo de Lucas [cap.?] 16 (?). [Molina alega:] Hilário Diácono. [Molina alega:] Próspero; Teofilacto; Haymo; Próspero no livro 2 'Sobre a Vocação dos Gentios', cap. 26, e no livro 'Contra o Colator', cap. 11. [Molina alega:] Filastro; Boaventura; Sadoleto; e outros. Sisto (?), livro 6, cap. 32 da Biblioteca, anotações 250, 251, 252.

[Molina alega:] R. [Reiterado?] Sustenta Gérson no 'Tratado sobre a Vida Espiritual', lição [?], sobre aquilo de Eclesiástico 15: "Deixou-o na mão do seu conselho". Em resposta a isto [sobre R. Gérson]: Gérson, pelo contrário, [está] conosco contra Molina na 'Concórdia dos Evangelhos', sobre aquilo de João 6: "Ninguém pode vir a mim, se o Pai não o atrair", lição 19, onde, explicando aquilo de João 60 (?), ao expor moralmente, ensina que Deus nos atrai atrativamente, não apenas movendo e persuadindo, mas excitando eficazmente a mente dos homens a crer em Deus e a amá-lo. E um pouco abaixo acrescenta: "Novamente, deve-se observar aqui que aquelas palavras de João 'e o atrair', [junto com] o verbo 'vem', mostram abertamente a liberdade; ora, se o verbo 'atrair' significa a providência divina que previne nossa vontade e precisamente a eficácia pela qual faz os que não querem querer..."

[Comentário sobre outros autores citados via Sisto de Sena]: Quando diz "'se fizermos', convém que Deus produza em nós o querer e o realizar". Outros autores nada dizem em favor de Molina, como se pode ver em Sisto, no lugar citado acima.

[Molina alega:] [Henrique de Gand - não marcado com letra no original] Sustenta Henrique de Gand, 12, q. 23, na resposta, nas últimas palavras; e nos Quodlibetos 9, q. 1 e q. 2; e Quodlibeto 12, q. 26, art. 2, e q. 27 e q. 28. Em resposta a isto [sobre Henrique]: Henrique, nos lugares citados, [não] favorece Molina, porque apenas diz que, no ato do livre-arbítrio, Deus deixou o homem indeterminado quanto a uma [escolha], nem acrescentou algo para ser guardado em nosso poder; pois [deu] aquele poder também de fazer o que quisesse, mas abaixo ensina também que isto não provém apenas da liberdade inata, mas da graça especial de Deus.

[Molina alega:] E. [Reiterado?] Sustenta Driedo 'Sobre a Graça e o Livre-Arbítrio', livro 2, cap. 3, e livro 3, cap. 4 e 5, e livro 1 'Sobre o Cativeiro e a Redenção', fólio 110. Em resposta a isto [sobre E. Driedo]: Falsamente se alega Driedo a favor de Molina, pois daquele fólio 110 até o fólio 114, ele procede argumentando contra a verdadeira concórdia da Igreja sobre o livre-arbítrio com a graça, enquanto Molina usa os

argumentos dos autores para [sua] definição. Com efeito, nos lugares onde apresenta sua resolução, sustenta expressamente a nossa sentença, e no livro 'Sobre a Concórdia', livro 3, cap. 5, ensina expressamente que Deus move e determina livremente o arbítrio para as ações livres, e prova isto no livro 1 'Sobre o Cativeiro e a Redenção do Gênero Humano', cap. 20, pág. 2, versículo "Se disseres do livre-arbítrio", fólio 117, e fólio 118, e fólio 119; e no livro 2 'Sobre a Concórdia do Livre-Arbítrio e da Graça', fólio 111; e no livro 3 'Sobre a Concórdia do Livre-Arbítrio e da Graça', fólio 161, pág. 2, diz que a moção eficaz de Deus não tira, mas confirma a vontade do homem. Já em outras passagens citadas por Molina, apenas diz que a vontade é livre e que se determina livremente para o bem e para o mal; e como não [negamos] isso, o próprio Driedo já havia dito que esta [vontade] também é determinada pela moção eficaz de Deus, preservada a liberdade da mesma vontade.

[Molina alega:] F. Sustenta Cordubensis em 1 d. 17, q. única, e só ele, pelo menos. Em resposta a isto [sobre F. Cordubensis]: F. Sem nenhum fundamento se alega Cordubensis a favor de Molina, pois nos mesmos lugares por ele citados, sustenta expressamente esta [sentença]: o auxílio eficaz pelo qual Deus move a vontade do homem para os atos livres, e que com tal eficácia se salva a liberdade do nosso arbítrio; e resolve [as objeções] com argumentos abundantíssimos pelos quais Molina é convencido, como se evidencia pela Leitura [da obra citada] acima.

[Molina alega:] G. Sustenta Soto em 4 d. 14, q. 2, art. 3; e na Apologia, pág. 29 na margem, e 49, e 30, pág. 121, art. 5, concl. 2 e 3; e em 2 d. 37, q. única, art. 4; e no 'Tratado sobre a Natureza e a Graça', livro 1, cap. 13, pág. 70. Em resposta a isto [sobre G. Soto]: G. Em todas estas passagens, Soto em nada favorece Molina, porque apenas ensina que a vontade humana se determina livremente para o bem ou para o mal; diz, porém, que isto é alegado sem fundamento a favor daquele [Molina].

[Molina alega:] H. Sustenta Gregório de Rimini em 2 d. 26, 27, 28 e 29, q. 1, art. 2; e d. 37, q. 1, art. 2 e 3. Em resposta a isto [sobre H. Gregório de Rimini]: Expressamente nos favorece Gregório de Rimini em 2 d. 26, 27, 28, 29, q. 1, a. 2, e q. 3, art. 3, e na resposta à [objeção] 15, onde ensina que Deus não só ajuda o livre-arbítrio do homem causando imediatamente o próprio ato, mas também movendo a potência para ele. E [não?] impede (?) dizer que a vontade opera aplicada e movida por Deus, na qual moção, contudo, diz Gregório, preserva-se a necessidade [ou talvez: liberdade?] da mesma vontade. E acrescenta, em confirmação disto, [uma citação] do livro 'Sobre a Graça e o Livre-Arbítrio', dizendo: "Deus opera em nós o querer quando queremos, mas é Ele quem faz com que queiramos, oferecendo forças eficacíssimas à vontade". Tampouco favorece Molina nos lugares citados, pois na primeira passagem citada, apenas ensina que a vontade divina, em relação ao ato contingente ou à ação voluntária, não causa necessidade. Na d. 37, nada diz sobre a determinação física em favor de Molina.

PÁG MARC 43